



ATA Nº3/2023

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JUNHO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----

----- Aos vinte e um dias do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão ordinária, no edifício multiusos da Freixianda, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 02/2023 referente à sessão ordinária de 2023.04.24 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.02** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Desportivo de Fátima – proposta de protocolo -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – Fábrica da Igreja Paroquial das Matas – proposta de protocolo -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Caxarias – proposta de protocolo -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – proposta de protocolo -----

----- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – União das Freguesias de Gondemaria e Olival – proposta de protocolo -----



- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Fátima – proposta de contrato de comodato -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – “aquisição de kit de primeira intervenção para combate a incêndios” – propostas de protocolos -----
- **02.09.01** – Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Alburitel -----
- **02.09.02** – Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Atouguia -----
- **02.09.03** – Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Caxarias -----
- **02.09.04** – Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Espite -----
- **02.09.05** – Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias -----
- **02.09.06** – Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade -----
- **02.09.07** – Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Seiça -----
- **02.09.08** – Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a Freguesia de Urqueira -----
- **02.09.09** – Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a União das Freguesias de Gondemaria e Olival -----
- **02.09.10** – Protocolo de Colaboração entre o Município de Ourém e a União das Freguesias de Matas e Cercal -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – denúncia de protocolo celebrado com a Associação de Apicultores da Região de Leiria, Ribatejo e Oeste e a Freguesia de Seiça -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – alteração do estatuto remuneratório do chefe de equipa multidisciplinar -----



- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – 1.^a alteração ao Mapa de Pessoal/2023 -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – praia fluvial do Agroal – suspensão de cobrança de tarifas -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – contrato interadministrativo de delegação de competências do serviço público de transportes de passageiros -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes – avença -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – minuta de adenda ao contrato de “P170/2022 – aquisição de serviços de limpeza para instalações municipais – edifício do Teatro Municipal de Ourém e Zona medieval (castelo, galeria, Ucharia e sanitários públicos)” – serviços complementares -----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – P081/2023 – concessão do uso privativo do domínio público para o arranjo urbanístico e instalação e exploração de publicidade na rotunda da Zona Industrial de Ourém, na EN356, em Seiça, do Município de Ourém -----
- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – P113/2023 – requalificação urbana na EN113 – troço entre os limites urbanos e Este da cidade de Ourém -----
- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – P205/2022 – requalificação urbana da Av. D. Nuno Álvares Pereira – troço entre rotundas dos Álamos e do Ribeirinho -----
- **02.20** – Apreciação e votação da proposta camarária – P115/2023 – fornecimento de matéria prima e serviços para as refeições escolares – ano letivo de 2023-2024 -----
- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – atividades de enriquecimento curricular – 1.º Ciclo do Ensino Básico – ano letivo 2023/2024 -----
- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – descentralização administrativa (Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 janeiro) – área da saúde – Auto de Transferência -----
- **02.23** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de “Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar nas Unidades de Saúde de Ourém” – versão final -----



----- **02.24** – Apreciação e votação da proposta camarária – licenciamento de operação urbanística – pedido de isenção do pagamento de taxas – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Casal dos Bernardos -----

----- **02.25** – Apreciação e votação da proposta camarária – licenciamento de operação urbanística – pedido de isenção do pagamento de taxas – União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais -----

----- **02.26** – Apreciação e votação da proposta camarária – licenciamento de operação urbanística – pedido de isenção do pagamento de taxas – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima -----

----- **02.27** – Apreciação e votação da proposta camarária – pedido de cedência do Centro Municipal de Exposições – APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família -----

----- **02.28** – Apreciação e votação da proposta camarária – pedido de cedência do Teatro Municipal de Ourém – Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém -----

----- **02.29** – Apreciação e votação da proposta camarária – pedido de cedência do Teatro Municipal de Ourém – CRIO – Centro de Recuperação Infantil de Ourém -----

----- **02.30** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----

----- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.^a Secretária AMO -----

----- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.^o Secretário AMO -----

----- Helena Santos Pereira -----

----- Mónica Filipa Gaspar Faria -----

----- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques -----

----- Otilia Cristela Antunes Marto -----

----- João Carlos de Jesus Pereira -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----



----- Francisco Emanuel Marques Lopes -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

----- Jorge Pereira da Silva -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Não compareceu, tendo justificado a respetiva falta, o membro da Assembleia Municipal, senhor Victor Oliveira Santos -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira, eleito na lista PPD/PSD, foi substituído pelo senhor **Manuel Lourenço Dias** -----

----- Tiago Ferreira Simões Vieira, eleito na lista PPD/PSD, foi substituído pelo senhor **António de Sousa Mordomo** -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins, eleita na lista PS, foi substituída pelo senhor **Edgar Ferreira Enes** -----

----- **SUSPENSÃO DE MANDATO** -----

----- Nos termos do n.º 1, n.º 2 e da alínea c) do n.º 3 do artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), suspendeu o mandato, por um período de 90 dias com início a 20.06.2023, o membro da Assembleia Municipal, senhor SÍLVIO SOARES DA CONCEIÇÃO – Lista CHEGA. -----

----- Nos termos do n.º 1, do artigo 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 setembro (versão atualizada) tomou posse a senhora: -----

----- **JOANA CASIMIRO ROSADO – Lista CHEGA**, rececionista, natural da Freguesia de Fátima, concelho de Ourém, residente na rua Zé do Gago, n.º 175, Vale Travesso, Ourém, titular do cartão de cidadão n.º 12902356 6ZX8, válido até 24-04-2029. -----

----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro Oliveira -----



----- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), fez-se representar o presidente de junta de freguesia: -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias, foi substituído pelo Tesoureiro, **João Marques Ferreira** -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----

----- Senhor Vereador em regime de não permanência: -----

----- Gonçalo Santos Pires Bento -----

----- Não compareceu o Senhor Vereador em regime de não permanência: -----



----- José Augusto Dias dos Reis -----
 ----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas catorze horas e trinta quarenta minutos. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----
01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 02/2023 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 2023.04.24 -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou da presença da Assembleia Municipal, desde a última sessão datada de 24 abril 2024, nas seguintes iniciativas: -----

- Comemorações 25 Abril -----
- Sessão abertura II Semana da Educação -----
- Solenidades do 1.º de Maio -----
- Sessão abertura XVII FESTAMBO -----
- 34.º aniversário Rancho Folclórico Verde Pinho -----
- 36.º aniversário da Capela Nossa Senhora, Lagoa do Furadouro -----
- 22.º aniversário Centro Social Paroquial de Rio de Couros -----
- 38.º aniversário 6.ª Secção de Bombeiros Ourém, Freixianda -----
- 40.º aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias -----
- Reunião Conselho Municipal de Educação -----



- Homenagem a Maria Alice Marto -----
- XIX Encontro de Empresários – ACISO -----
- Concerto Cidade de Fátima da Banda Sinfónica de Fátima -----
- Gala Centro Cultura e Desporto de Caxarias -----
- 20.º Fim Semana Cultural – Freguesia Nossa Senhora das Misericórdias -----
- Espetáculo de encerramento do ciclo de eventos comemorativos dos 60 anos do Colégio de São Miguel -----
- Festas da Vila Caxarias -----
- Abertura oficial do certame da FeirOurém -----
- Cerimónias do Dia do Município de Ourém -----
- Cerimónias do 20 junho Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ourém -----
- Informou ainda de que está prevista a realização de uma sessão extraordinária subordinada ao tema “*Prestação de Cuidados de Saúde no Concelho de Ourém – Realidade e Futuro*”, no próximo dia 4 de julho. -----
- Mais disse, em reunião da Comissão Planeamento Estratégico foi definido um conjunto de individualidades/entidades da área da Saúde que foram convidados, aguardando-se as respetivas confirmações. -----
- De seguida deu a palavra ao Presidente União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, PAULO LUÍS MARQUES MUNES que expôs o seguinte: “Muito obrigado senhor Presidente por me dar esta oportunidade. -----
- Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, João Moura e respetiva Mesa -----
- Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Albuquerque e Vereadores -----
- Todos os membros da Assembleia Municipal -----
- Os presidentes de Junta de Freguesia -----
- Todos os que colaboraram com o seu trabalho para que esta assembleia se pudesse realizar aqui na Freixianda. -----
- Como sabem, estamos a comemorar o XXVIII aniversário da elevação da Freixianda a Vila. Uma data histórica para a minha terra, para todos os Freixiandenses e para toda a União de



Freguesias. Uma data que marcou esta União de Freguesias. Nessa altura, não era União, era só Freixianda, mas ficou marcada para sempre. -----

Deixava aqui um cumprimento especial ao Prof. Humberto Piedade que, na altura, era Presidente da Assembleia de Freguesia e esteve na votação em Lisboa no dia 21 de junho de 1995. -----

Gostaria de agradecer, de forma especial, esta realização desta assembleia na Freixianda, e neste dia. -----

A todos o meu muito obrigado, do fundo do coração. -----

Muito obrigado a todos” -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAS DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Boa tarde, -----

Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes e a quem nos ouve pelos meios digitais. -----

O PSD apresentou na passada semana um pacote legislativo composto por 3 projetos lei e dois projetos de resolução, com o objetivo de garantir a dignidade e bem-estar da pessoa idosa, alargando os requisitos do Estatuto do Cuidador Informal e propondo o aumento do número de camas comparticipadas em respostas sociais. -----

De facto, temos um país cada vez mais envelhecido, tendo uma das maiores taxas de envelhecimento de Europa e do mundo, e sem respostas para os seus idosos. -----

Dados referentes a março deste ano constataam um total de 1.675 camas ocupadas nos hospitais públicos por pessoas internadas apenas por razões sociais, registando-se um aumento de 60% dos internamentos inapropriados, relativamente ao mesmo mês de 2022. -----



Para se ter uma ideia, a demora média dos internamentos inapropriados cresceu de 29,9 dias em 2022 para 61,4 dias em 2023, tendo como sua principal causa o atraso na obtenção de vaga em lares de idosos. -----

Estes resultados demonstram que se está a recuar nas repostas aos internamentos inapropriados. São cada vez mais o número de dias que os doentes aguardam por vagas ou outras repostas adequadas. -----

Calcula-se que estes internamentos se traduzam num custo de 226 milhões para o Estado no corrente ano e estima-se que este pouparia cerca de 190 milhões caso transferisse os internamentos sociais. -----

Segundo a Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, a explicação desta situação é esclarecida pelos atrasos, quer na admissão na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), como na admissão para Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI). -----

Em março último o ministro da Saúde, Manuel Pizarro, anunciou novas repostas de retaguarda para os doentes da zona de Lisboa, mas passados dois meses, e como seria de esperar, tal ainda não aconteceu. -----

Reforçamos que compete ao Estado assegurar as repostas sociais, devendo articular com as instituições privadas, pelo que as propostas agora apresentadas pelo PSD permitirão o alargamento da rede de camas comparticipadas no sector privado sempre que não haja resposta pública adequada. Nas propostas apresentadas é ainda defendido o reforço do apoio domiciliário e também da capacidade financeira das instituições particulares de solidariedade social. -----

Relativamente ao Estatuto do Cuidador Informal, propõe-se a revisão do mesmo para que os atuais requisitos que implicam que se tenha de ser familiar do idoso e residir com ele para se obter esse estatuto, deixem de ser cumulativos. -----

Com a alteração apresentada o regime permite que uma pessoa que não seja familiar, mas que resida com o idoso, possa ser um cuidador informal ou, sendo familiar, possa desempenhar esse papel sem ter de residir na mesma habitação. -----



É ainda proposto o alargamento das vagas comparticipadas nas respostas sociais, de forma a assegurar que existam soluções alternativas assistidas para os casos em que as famílias ou a comunidade não consigam assegurar condições de vida dignas para os idosos. -----

Estas propostas só demonstram que o PSD está atento aos problemas do país e na apresentação de soluções para minimizar a falta de ação do Governo em diversas temáticas, nomeadamente sociais e de saúde, as quais têm sido muito descuidadas. -----

Esperemos que as mesmas tenham um bom acolhimento por parte de todos os restantes grupos parlamentares. -----

Termino questionando se o Governo não deveria, face ao agravar da situação, rever os investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência, no sentido de perceber em que medida contribuem para responder a este desafio de saúde pública e social.” -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS** expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Na pessoa do senhor Presidente cumprimento todos os presentes e a todos quantos nos acompanham pelas redes sociais -----

Começo por dar os parabéns à União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais pelo seu XXVIII aniversário. -----

Dou os meus parabéns ao Município porque também esteve de aniversário e teve celebrações que, de acordo com a minha opinião e da grande maioria das pessoas, esteve à altura da grandeza que temos no Município. -----

Gostaria também de dar os parabéns ao senhor Presidente da Assembleia Municipal por esta assembleia, é sempre bom descentralizar. Não é a primeira vez que se realiza aqui, há mais de 20 anos, mas coincide com o aniversário da Vila, o que é importante. -----

Passou muito tempo, muita coisa se fez e muita coisa há por fazer. -----

Muita coisa evoluiu ao longe destes anos. Nem sempre se consegue fazer tudo porque todos sabemos que, entre o Sonho do Homem, a vontade de Deus e o nascimento da Obra, nem sempre tudo acontece. É a nível regional e a nível nacional. Basta ver a questão do aeroporto que dura há 50 anos. -----

Gostaria de falar agora da questão dos incêndios. -----



Estamos num território que, no último verão, foi fortemente fustigado pelos incêndios. O senhor Presidente de Câmara teve intervenções dizendo que se tratava de um ato terrorista. Eu também penso assim. Houve ainda outros presidentes de câmara, a nível nacional, que também pensaram assim. E, se todos pensassem assim, talvez mudássemos a moldura penal e as coisas talvez fossem diferentes, mas nessa mesma altura tivemos a Ministra da Justiça a dizer que não havia necessidade de mudar a moldura penal. -----

Praticamente, ao mesmo tempo que sofríamos no concelho um sub Secretário de Estado dizia que tudo estava a decorrer muito bem, que tinha ardido uma área muito menor. Sendo assim, sabemos que do Governo não poderemos esperar grandes coisas, mas é importante que todos nós aqui continuemos com essa preocupação porque os incêndios vão continuar. Na floresta não vamos conseguir evitar os incêndios. Não vamos poder remediar em questões de condições climáticas, dado os erros que temos andado a cometer em pouco tempo. -----

Pedia ao senhor Presidente da Câmara que, dentro do possível, tente a nível de ordenamento do território separar bem as zonas residenciais das zonas agroflorestais, senão vamos continuar a sofrer todos os anos. -----

Obrigado” -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Sete anos depois do PS chegar ao governo, façamos uma análise em como estão algumas áreas do país com influência mais direta na vida das pessoas. -----

Sete anos depois, temos hoje em Portugal um problema sério de falta de habitação e sobretudo de falta de habitação acessível. Sete anos depois, em que nada se fez, o governo decidiu agora criar um Ministério da Habitação, como se fosse a solução instantânea para resolver este problema. Entretanto, o Alojamento Local, sustento de muitas famílias e responsável pela criação de muitos empregos, vai ser asfixiado até ao fim. Aproxima-se uma tragédia social para milhares de pessoas que acreditaram e apostaram neste sector. -----

Na agricultura, temos uma “ministra-fantasma” que politicamente não existe, é ignorada e desprezada por todo o sector e, sobretudo, não consegue responder aos problemas dos agricultores, que continuam a queixar-se da desorganização do Ministério, do excesso de



burocracia e dos atrasos nas ajudas que são prometidas, nomeadamente, para fazer face às crises por que têm passado nos últimos anos. -----

Quanto à Justiça, vive “uma página negra”, com falta de investimento, degradação no funcionamento e adiamento de reformas urgentes. Por falta de meios, a investigação criminal está desorientada, com sério risco de prescrição de crimes relativos à criminalidade económico-financeira, designadamente à corrupção, sendo que muitos deles até já prescreveram, o que é intolerável. -----

Os funcionários judiciais sentem-se desvalorizados, desmotivados, dada a intransigência com que o Governo tem tratado as suas reivindicações. A luta dos funcionários judiciais, diga-se justa e legítima, tem originado adiamentos de audiências e paralisado os tribunais. -----

A população, por seu lado, não acredita na Justiça e quando dela necessita, é cara e lenta. ----

Na educação, os professores estão em greve há meses, em luta por melhores condições para lecionarem e não há meio de o governo encontrar soluções. Entretanto, há dezenas de milhares de alunos que não têm pelo menos um professor a uma disciplina, famílias sem saberem onde deixar os seus filhos e muitos ainda não recuperaram as aprendizagens perdidas durante a pandemia. Na educação vive-se um período muito crítico, quase caótico e onde sobressai a incapacidade e a arrogância do governo em lidar com os protestos. -----

Na saúde, apesar da promessa do primeiro ministro em 2016 de não deixar nenhum português sem um médico de família, hoje mais de 1,7 milhões de pessoas não têm acesso a um médico de família. São números preocupantes, assustadores e com tendência a piorar. Como bem sabemos, o concelho de Ourém tem sido fortemente castigado pela inconcebível inércia do governo socialista em colocar mais médicos. Quem sempre clamou bem alto que criou o SNS, arrisca-se também a ser o seu coveiro. -----

Nunca em Portugal os impostos estiveram tão altos e nunca os portugueses pagaram tantos impostos. A elevada carga fiscal está a asfixiar famílias, empresas e instituições e só nos primeiros quatro meses deste ano, entre janeiro e abril, foram cobrados, comparativamente com 2022, mais 2.509 milhões de euros em termos de receita fiscal. O Estado arrecada cada vez mais dinheiro e presta cada vez piores serviços, sugando a sociedade de tudo o que nela ainda mexe. -----



Na TAP, ainda com o desenrolar da indigna telenovela a que todos vamos assistindo, é preciso recordar bem alto que, no início de tudo isto, o governo da gerigonça decidiu nacionalizar a empresa, injetar uma fortuna dos nossos impostos (mais de 3 mil milhões de Euros) e explicar que era fundamental o Estado ter uma companhia aérea, para depois decidir vendê-la, novamente, a privados. -----

Entretanto, desapareceram as vozes que na altura defenderam a manutenção da empresa na esfera do Estado, hoje calados e sem paradeiro, já nada preocupados com a privatização que se vai seguir, ficando agora claro, para todos que, o que sempre esteve em causa foi a utilização da TAP como ferramenta de combate político para efeitos de derrube de um Governo eleito nas urnas e a utilização da empresa como mais um braço do poder do PS. -----

Muito haveria por dizer sobre o estado a que chegámos, mas já é evidente para todos que entrámos numa fase de fim de ciclo e que o primeiro ministro é, desde algum tempo, um homem cansado e sem convicções, focado exclusivamente na manutenção do PS no poder. ---

Não há investimento. Não há planeamento. Não há estratégia. Não há governo. Não há país de futuro para segurar os nossos jovens, sobretudo os licenciados, quem vêm o seu salário cair para metade nos últimos anos. É o fim de um tempo que não deixará saudades. O Estado e os nossos impostos são hoje utilizados para as guerras internas do PS, na procura do futuro “querido líder”. -----

Precisamos de esperança e de alternativa. É no PSD em que se confia novamente para apontar um novo caminho de desenvolvimento para Portugal. -----

A dúvida é como estará o país depois desta pesarosa aventura protagonizada pelas ideologias de esquerda, por gente sem qualidade e sem ambição. Triste sina a que vivemos! -----

Tenhamos, pois, esperança, num futuro melhor para Portugal, liderado pelo PSD.” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, felicitou a União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais pela passagem do 28.º aniversário, tendo, de imediato, apresentado o voto de reconhecimento que se passa a transcrever -----

VOTO DE RECONHECIMENTO



= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos, -----

Cumprimento toda a Assembleia na pessoa do Senhor Presidente. -----

Pastelaria Vida Nova -----

A Pastelaria Vida Nova foi fundada por Rui Manuel Freitas Marques e Maria Filomena de Jesus Costa Marques em 1992, mais precisamente a 10 de outubro. -----

Esta Empresa está presente no nosso concelho há 30 anos! -----

Começou do nada, mas estas três décadas foram marcadas por altos e baixos, e por muita dificuldade. -----

Certo é que, após muito trabalho dos colaboradores, mas em grande parte dos seus fundadores, Rui e Filomena, e, mais recentemente, com a ajuda dos seus filhos, João, Francisco e Rui, a empresa tem vindo a prestigiar e a enaltecer o nome do nosso concelho além-fronteiras, granjeando inúmeros prémios na área de pastelaria, dos quais se destacam:

- **2015 – Escangalhado de Bronze** (III Concurso ACIP – Associação do Comércio e da Indústria de Panificação, Pastelaria e Similares, denominado “**O Melhor Bolo-Rei de Portugal**”); -----
- **2016 - Inovação de Bronze** (III Concurso ACIP – Associação do Comércio e da Indústria de Panificação, Pastelaria e Similares, denominado “**O Melhor Folar e Pão de Ló de Portugal**”); -----
- **2017 - Inovação de Prata** (IV Concurso ACIP – Associação do Comércio e da Indústria de Panificação, Pastelaria e Similares, denominado “**O Melhor Folar e Pão de Ló de Portugal**”); -----
- **2019 – Escangalhado de Bronze** (VII Concurso ACIP – Associação do Comércio e da Indústria de Panificação, Pastelaria e Similares, denominado “**O Melhor Bolo-Rei de Portugal**”); -----
- **2020 – Inovação de Ouro** (VII Concurso ACIP – Associação do Comércio e da Indústria de Panificação, Pastelaria e Similares, denominado “**O Melhor Folar e Pão de Ló de Portugal**”). -----



Com efeito, a Pastelaria Vida Nova é uma empresa familiar na área da pastelaria/padaria, que ao longo dos anos tem vindo a lutar para atingir cada vez mais o topo e estar entre as melhores pastelarias do país! -----

Neste percurso, tem vindo a modernizar-se, tentando fazer sempre o melhor possível, apostando na diferença e na qualidade dos seus produtos, de modo a garantir a total satisfação dos seus milhares de clientes, bem como de todos aqueles que os visitam. -----

Esta vontade férrea reflete-se no próprio *slogan* da empresa, que diz: “**a diferença está na qualidade**”! -----

Vale a pena destacar uma curiosidade: o facto de muita gente se perguntar o motivo de a empresa se chamar “Vida Nova”. De facto, este nome surgiu porque no ano da sua criação existiu uma profunda mudança na vida dos fundadores, já que eles estavam a começar uma vida do zero, e também a entrar num negócio que não conheciam. Assim, uma vez que estavam no início de um novo ciclo, nada melhor do que dar o nome de Vida Nova ao seu novo negócio! -----

Mais recentemente, no dia 27 de Maio último, realizou-se no Barreiro a 1ª Seletiva Portuguesa da “Coppa del Mondo del Panettone”, que contou com a presença, entre outros, do Presidente desta organização, o Mestre Giuseppe Piffaretti. -----

Neste evento, foram distinguidos dois vencedores, os quais irão representar Portugal na final, em Novembro de 2024, em Milão, dos quais se destaca, na Categoria de Panettone de Chocolate, o Chef João Manuel Costa Marques, da Pastelaria Vida Nova, de Ourém. -----

Pelas razões aduzidas, propomos que esta Assembleia aprecie, vote e aprove este Voto de Reconhecimento, e, caso seja aprovado, que dele se dê conhecimento à Pastelaria Vida Nova, assim como aos seus responsáveis e colaboradores.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de reconhecimento aprovado por unanimidade** -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “PEDREIRAS -----

Primeiramente uma saudação especial às gentes da União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, e neles uma saudação para todo o norte do concelho de Ourem.



É sempre um gosto vir aqui. Nas narrativas, nas inverdades tantas vezes repetidas, para que parecem que são verdades absolutas, foi tentando passar-se que o PS tinha algo contra o norte do Concelho de Ourense. Ora isso é uma absoluta mentira e pela parte do grupo municipal do PS, que lidero, posso assegurar-vos que queremos o melhor para este território, com o rigor máximo e pensando no melhor da população. Posso dar-vos um exemplo concreto, a zona industrial da Freixianda, nunca fomos contra, só solicitámos estudos de viabilidade económica, que a compra de terrenos fosse efetuada de forma clara e que não existissem dúvidas. Foi o que fizemos aqui e o que faríamos em qualquer outro local. É portanto, uma absoluta mentira que o grupo municipal do PS nesta Assembleia Municipal, tenha uma má vontade contra a zona norte do concelho de Ourense. -----

Como seria natural e exetável, um assunto que aqui traríamos, nas intervenções de interesse local, seria certamente o estado da saúde no nosso concelho, o que mudou desde Dezembro de 2022 e onde estamos e porque estamos. Como o grupo municipal do PS solicitou a realização de uma Assembleia Municipal, sobre esse tema, e a comissão de líderes aprovou, falaremos nesse importante tema nessa ocasião. -----

Hoje que falar-vos de mais um problema que o executivo parece querer reavivar. -----

Foi aprovado, em reunião de camara, com voto contra do vereador do Partido Socialista, uma proposta para abertura de procedimento para o aumento do limite do PPI para a área do Casal Farto, tendo em vista a possibilidade do alargamento de mais área para exploração de recursos minerais, ou melhor e mais diretamente e sem rodeios, a possibilidade do alargamento das pedreiras. -----

É importante recordar que o grupo Municipal do PS, se absteve na última revisão do PDM de Ourense, precisamente por ter muitas reservas no que diz respeito às possibilidades de alargamento de áreas para as pedreiras, -----

Ficou prevista a possibilidade da Câmara ter um instrumento de regulação para este tipo de planeamento/alargamento, mais concretamente o PPI em espaço rural para a área do Casal Farto. -----



Foi neste âmbito que foi proposto e aprovado em reunião de camara, a abertura do procedimento para responder, ainda que parcialmente, o pedido das entidades interessadas para alargamento dos espaços de exploração das pedreiras. -----

Sabemos que o referido PPI, foi aprovado com uma área bastante inferior ao que foi requerido pelas entidades do setor, mas o problema grave desta aprovação, é que aparentemente nada foi feito para minorar os impactos do que já está feito, senão vejamos: -----

- Em nenhum momento é visível qualquer exigência de aterrar, arborizar e ou tentar “disfarçar” as enormes crateras existentes do local. Todos sabemos, (todos menos o executivo municipal aparentemente), que quando se terminar a exploração, esses buracos vão ficar para sempre, levando a que toda envolvência paisagística, ambiental e poluição existentes naquela zona tão sacrificada, fiquem como memoria dos “crimes” ambientais lá realizados. Ficará, essa marca, para as futuras gerações de habitante (se sobrar algum), como para os ourensenses em geral, bem como os turistas e passantes -----

- O evocado o interesse económico para o município, não se encontra validado, nem evidenciado por nenhum estudo que seja conhecido. -----

- Aliás, são do conhecimento publico, e já aqui foram referidos, eventuais problemas económicos de agentes económicos da área, que levaram a deslocalizações de atividades, despedimentos e layoffs. -----

- Em nenhum momento da informação de início de procedimento é em referida, em concreto, a posição dos populares das aldeias que serão prejudicados com estas explorações. Em declarações a um órgão de comunicação social, o Sr. Presidente de Camara referiu que os interesses das populações estavam acautelados. Não disse como. Se se está a referir a promessas de bom comportamento por parte das entidades exploradoras, desculpe dizer-lhe, mas isso é pouco, muito pouco, tendo em conta o que tem acontecido. Promessas e promessas não cumpridas. -----

A lei orgânica n.º 4/2000 de 24 de Agosto, que no seu artigo 11º prevê que a iniciativa de referendo, possa ser da Assembleia Municipal. Sabemos que um referendo é algo de complexo e não um procedimento que se banalize, mas será a melhor forma da população do concelho,



se manifestar sobre o aumento da área de exploração de pedreiras, sem a respetiva reparação dos danos originados pelas explorações já efetuadas. -----

Nestes termos, serve a presente intervenção, para requerer à mesa da Assembleia Municipal, que solicite um parecer externo, sobre os procedimentos de realização de um referendo sobre esta temática.” -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade Presidente Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Um cumprimento à Mesa e a esta Assembleia Municipal -----

Ao senhor Presidente da Câmara e a todo o executivo -----

Cumprimento também os meus colegas -----

O público presente -----

Comunicação social -----

Na pessoa do senhor Presidente de Junta desta União de Freguesias quero dar os parabéns por este dia de festa e pela comemoração em causa. -----

Muitos parabéns -----

Nos passados dias 8, 9 e 10 de junho decorreu o VI Festival da Paz. -----

A Junta quer aqui efetuar publicamente um agradecimento à Câmara Municipal, às Associações que participaram e colaboraram na realização deste festival, bem como aos milhares de Ourienses que marcaram presença, tanto nos concertos, como nos eventos dedicados aos mais novos. -----

Um agradecimento também às 18 equipas participantes no III Torneio da Paz que, apesar da chuva, envolveu mais de 240 atletas. -----

E também às 8 centenas de atletas que participaram no III Nigth Trail. -----

A todos muito obrigado.” -----

VOTO PESAR

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “No passado dia 7 de Junho, num fatídico acidente de viação na estrada nacional 356, em Vale de Ourém, perto de Fátima, faleceu com 94 anos de



idade o padre Ventura, presbítero desta nossa diocese de Leiria-Fátima, antigo Diretor do Colégio de S. Miguel, em Fátima bem como Pároco de Atouguia. -----

Uma referência sumamente importante na nossa freguesia, no nosso concelho e também no país, um Homem (com letra grande) visionário, que soube lutar pelos seus ideais, como sacerdote, pedagogo ou humanista. -----

Este sacerdote, filho de Francisco Ventura e de Rosa de Jesus Rodrigues, nasceu a 4 de Fevereiro de 1929, no Juncal. -----

Tendo entrado para o Seminário Diocesano de Leiria em outubro de 1941, concluiu o curso de teologia em 1952, tendo recebido nesse mesmo ano, a 20 de julho, a ordenação sacerdotal na Catedral de Leiria, pelo bispo D. José Alves Correia da Silva. -----

Frequentou ainda o Instituto Católico de Paris, onde obteve a licenciatura em pedagogia (1962-1965). -----

Muito mais do que modestamente escreveu no seu livro “Retalhos de uma vida sacerdotal”, teve um rico e preenchido exercício do ministério sacerdotal. -----

Prestou serviço na Câmara Eclesiástica e no Santuário de Fátima, foi o primeiro pároco em 1953 da recém criada Freguesia Religiosa da Atouguia, onde se manteve até 1959 e cumulativamente era professor de Religião e Moral no Colégio Fernão Lopes, na então Vila Nova de Ourém. -----

De 1959 a 1962 foi capelão militar, em Santa Margarida e Monte Real e diretor da Pia União de Servitas de Nossa Senhora de Fátima. -----

De 1962 a 1965, frequentou o Instituto Católico de Paris, onde obteve a licenciatura em pedagogia. -----

Foi diretor do Colégio de S. Miguel, em Fátima, entre 1966 e 2012, onde deixou uma marca indelével não só ao nível da freguesia, mas também no dinamismo que imprimiu, a nível nacional, na fundação da Associação Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino e da Associação das Escolas Católicas. -----

Além de Diretor do Colégio, também lecionou as disciplinas de Religião e Moral, Francês e História. -----



Muito se deve a ele o reconhecimento do Colégio S. Miguel como uma das escolas de referência no panorama educativo do nosso país. -----

Dedicou-se também de modo empenhado na participação cívica junto da comunidade fatimense. A título de exemplo refira-se a ideia e criação da Fátima Cultural que, englobando os colégios, as associações e as forças vivas da nossa terra, pretendia lançar as bases de um futuro dinâmico para Fátima ao nível do conhecimento e transmissão de valores culturais/artísticos. -----

O padre Joaquim Ventura viveu o seu ministério sacerdotal com iniciativas e grandes esforços para dotar de edifícios adequados as respectivas missões, tanto na Paróquia de Atouguia como nas Instituições educativas e de solidariedade social que serviu. -----

Foi ainda Responsável Diocesano do Departamento Pastoral da Escola Católica (1984-1989).

Ainda no âmbito diocesano, foi membro do Conselho Presbiteral durante vários mandatos. -----

A sua última grande obra foi a Fundação Arca da Aliança, que foi sonhada, projectada e realizada pelo próprio e estruturada em 3 emblemáticos projetos: o Apoio a Famílias Carentes, o Lar de Infância e Juventude, projeto piloto constando de três unidades – acolhimento, pré-autonomia e autonomia – e a Aldeia Intergeracional. -----

Foi sempre um homem visionário, de grandes projectos, que punha de pé e que ajudava a crescer, seguindo à letra o lema que criou para os alunos, professores e funcionários do Colégio S. Miguel, “Alcança quem não se cansa”. -----

Em nome da bancada do PSD e do CDS/PP, com o sentimento triste e penoso da sua inesperada partida, vimos propor a esta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento do padre Joaquim Rodrigues Ventura.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

= **JORGE MANUEL DIAS LOPES**, na qualidade de Presidente União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “Boa tarde, -----

Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes e a quem nos ouve pelos meios digitais. -----



Decorreu entre 7 de maio e 10 de junho a XVII FESTAMBO, evento promovido pela **Academia de Música Banda de Ourém (AMBO)**, e o qual já se tornou tradição no nosso concelho. -----

Ao longo de mais de um mês houve 11 momentos diversificados que promoveram a cultura em várias vertentes e por várias freguesias do concelho. Houve lugar a música, teatro, dança, poesia e mesmo pintura, com a envolvimento de todos os grupos da associação e outros convidados. -----

Na minha Freguesia de Rio de Couros e Casal dos Bernardos tivemos a apresentação de um concerto com a Banda Juvenil de Ourém e a Orquestra Juvenil da Sociedade Recreio Musical Azinhaguense. -----

Destaco o concerto solidário efetuado pela Orquestra Típica de Ourém no Auditório do Centro de Apoio a Deficientes Profundos - João Paulo II – onde a receita do evento reverteu na totalidade para essa instituição, assim como o concerto efetuado pela Orquestra de Sopros de Ourém, com a presença do compositor de uma das obras executadas, Luís Tinoco e que contemplou ainda a exposição de pinturas efetuadas pelos alunos da Escola Básica e Secundária de Ourém e Colégio de São Miguel. -----

A AMBO está de Parabéns por mais uma FESTAMBO realizada com muita qualidade. Foi de facto um festival artístico com uma programação muito diversificada, ficando-se na expectativa sobre o evento de 2024. -----

Recentemente a **Pastelaria Vida Nova**, com sede em Casal do Ribeiro Rio de Couros e estabelecimentos em Caxarias, Ourém e Olival, concorreu ao IX Concurso de Melhor Folar e Pão de Ló de Portugal, efetuado pela ACIP em Coimbra, e onde houve 120 bolos a concurso.

Obteve no concurso os seguintes resultados: -----

- 2º Classificado com o Folar Doce; -----
- 3º Classificado com o Pão de Ló húmido; -----

Felicitações ao Chefe Pasteleiro **João Manuel Costa Marques** pelos prémios obtidos e pela visibilidade que trouxe à pastelaria do nosso Concelho, pois já marcou presença no programa “Casa Feliz” da SIC, onde apresentou o seu Folar. -----



A **Arabesque** já nos vem habituando aos bons resultados obtidos em concursos internacionais e mais uma vez o trabalho efetuado pelos seus alunos deu fruto na Final do “Dance Open América – EUA”. -----

Parabéns aos alunos: -----

- Valentim Matias, com o 1º lugar nos solos de estilo clássico e contemporâneo e ainda pela obtenção de um prémio especial “Joy of Dance Award”; -----
- David Anagnoste com o 2º lugar também em ambos os estilos; -----
- João Sousa, com um 3º lugar; -----
- Rita Ferreira, que ficou classificada no Top 20 dos solos clássico e contemporâneo. -----

Congratulações também à professora e Diretora da Arabesque, Yolexis Santana, pelo prémio obtido de “Outstanding instructor Award”. -----

= **LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA**, na qualidade Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Cumprimento e felicito o Sr. Presidente de Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais pela efeméride do seu aniversário de elevação a vila e cumprimentar também o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela feliz ideia de descentralizar as reuniões de assembleia municipal aqui na Freixianda. -----

Ontem foi um dia importante para nós enquanto Município e em particular para a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade. -----

Na vida democrática, nem sempre somos justos por quem está no exercício de funções públicas, no que concerne a contar a verdade dos factos pelo estigma que está impregnado, em não valorizar o trabalho que é bem feito, dedicando o mérito a quem dele o pensa, projeta e executa. -----

É por tudo isto que na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade não devo deixar passar esta oportunidade para enaltecer as duas obras estruturantes que ontem foram inauguradas formalmente. -----

Com o PEDU finalizado e sem recurso a qualquer outro financiamento comunitário, a Av. Francisco Sá Carneiro e a Rua Dr. Neves Eliseu, eixo estruturante e fundamental da cidade de Ourém, após esta requalificação concretizou mais uma extraordinária obra de valorização do



espaço público para a cidade de Ourém, com traços de modernidade, mobilidade, funcionalidade e, sobretudo, bom gosto. -----

Deve-se INTEGRALMENTE esta intervenção à liderança de V.^a Ex.^a Sr. Presidente de Câmara e seu executivo, desde a sua conceção até à bendita inauguração, num investimento significativo que veio corroborar que existe efetivamente uma estratégia urbana e planeamento a prazo para a nossa cidade. -----

Noutro momento, assistimos também à inauguração formal da estrada nacional 356 na ligação entre o IC9 e a zona industrial de Casal dos Frades. Mais uma vez, sem qualquer muleta financeira através do patrocínio comunitário, valeu INTEGRALMENTE o planeamento e a ousadia de V.^a Ex.^a, em avançar com o projecto, acautelar os recursos financeiros necessários e realizar mais este investimento, que é também ele estratégico em virtude de aproximar um grande espaço empresarial a uma grande acessibilidade rodoviária, mas também de ligação para uma zona norte do nosso concelho que é tão fundamental e preponderante. -----

Permita-me, Sr. Presidente de Câmara, que partilhe outro aspeto relevante que estas intervenções trouxeram e julgo da maior importância porque transmitem um capital de seriedade e confiança à Câmara Municipal e, muito em particular, à sua liderança. No início destes processos foram necessárias diligências com os privados para a ocupação de parcelas de terreno de modo a viabilizar cada projecto. -----

Para muitos desses Proprietários, estas abordagens não eram novas havendo já declarações de intenção no passado, mas que nunca tinham logrado a expectativa de ver obra feita. Por conhecimento próprio está positivamente instalado um princípio de confiança nas pessoas, ou seja, quando há efetivamente este contacto com os proprietários significa que vai haver uma ação, uma consequência, que se transforma num investimento municipal e não em mera propaganda. -----

Passámos de, e permita-me a vulgaridade da expressão: “Mais um que vem prometer a estrada” para a questão “quando vai começar a obra”. Parece um pormenor ou um mero detalhe, mas é absolutamente decisivo consolidar este sentimento porque em investimentos desta grandeza, é e será quase indispensável, a cooperação com os privados para questões de cedências ao espaço público em projectos futuros, porque efetivamente este princípio



valoriza as Instituições, dignifica a política e, sobretudo, enobrece o exercício das funções públicas dos decisores políticos.” -----

VOTO PESAR

= **LUÍS PEREIRA DE OLIVEIRA**, na qualidade de Presidente Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, expôs o seguinte: “António Rodrigues Vieira, mais conhecido pelo Senhor Bragança. -----

No dia 16 de junho 2023, com sentimento de consternação, tomámos conhecimento do falecimento do Senhor Bragança. -----

Homem com dedicação de grande parte da sua vida à comunidade local, fê-lo sempre de modo ativo e colaborante estreitamente com diversos planos e realidades. -----

Foi autarca, tendo sido Presidente da Junta de Freguesia de Ourém (atual N^a Sr^a das Misericórdias) em dois mandatos entre os anos de 1955 – 1966. -----

Sendo um verdadeiro embaixador da sua terra no desempenho dessas funções autárquicas, contribui para o seu desenvolvimento, sempre com idoneidade e elevação. -----

Além das funções públicas foi preponderante na segunda restauração da Sociedade Filarmónica Ouriense que, desde então, tem reconhecida dinâmica e referência no seu aspeto cultural e comunitário. -----

Além disso, o Senhor Bragança foi um dos fundadores da Associação Recreativa e Propaganda de Ourém e colaborou sempre, de forma muito estreita, com todas as direções destas instituições e também de outras associações, como por exemplo a Casa de Ourém em Lisboa. -----

Perante este nobre percurso e por tudo o que genuinamente ofereceu à sua comunidade, mas também ao concelho de Ourém devemos a esta distinta personalidade, o nosso mais sincero agradecimento pelo legado e referência dos valores que nos deixa. -----

Neste momento de tristeza e dor, em que concelho de Ourém fica significativamente mais pobre, a Assembleia Municipal apresenta um profundo voto de pesar aos seus amigos, muito especialmente à família do Senhor Bragança, expressando as nossas mais sentidas condolências. -----

Caso seja aprovado, o teor deste voto deve ser dado conhecimento à família.” -----



----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

----- **VOTO DE RECONHECIMENTO** -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, na qualidade de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, expôs o seguinte: **“Vitor Jorge Moreira Torcato Constantino Machacaz** -----

Aos 59 anos, Vitor Jorge Moreira Torcato Constantino Machacaz veio viver para Ourém aos 6 anos de idade. -----

Apesar da sua atividade profissional impor que a sua vida seja mais em Lisboa, não dispensa passar os fins de semana em Ourém. -----

Chefe de 1ª Classe, Vitor Machacaz, com 36 Anos de atividade Operacional no Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, nas mais diversas vertentes, Vitor Machacaz desempenhou várias funções no âmbito da proteção civil e participou em vários exercícios Nacionais e Internacionais. Liderou a equipa para a criação da Companhia de Intervenção Especial – CIE, foi comandante da Companhia de Intervenção Especial, com as valências do Módulo **USAR-BREC**, Cinotécnica, Resgate por cordas, Mergulhadores e Serviço Pré-Hospitalar. -----

Presentemente desempenha as funções de chefe do gabinete de apoio ao comandante, secção de prevenção do Regimento de Sapadores Bombeiros. -----

Profissional de reconhecido mérito, respeitado pela sua competência, mas, acima de tudo, entrega à nobre causa da defesa e salvaguarda da segurança da vida humana, Vitor Machacaz foi um dos profissionais destacados para a missão de salvamento das vítimas do sismo que devastou a Turquia em fevereiro último. -----

Integrado na FOCUM – força conjunta que congrega profissionais do Regimento Sapadores Bombeiros, INEM, GNR e Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Vitor Machacaz jamais esquecerá o dia em que resgatou dos escombros salvou uma criança de 10 anos. -----

Pela sua participação em missão de auxílio na missão de salvamento na Turquia, um ato de voluntariado digno de respeito e admiração, a Assembleia Municipal de Ourém propõe a atribuição de um voto de reconhecimento a Vitor Jorge Moreira Torcato Constantino Machacaz. -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de reconhecimento aprovado por unanimidade** -----



----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, não se tendo registado qualquer inscrição. -----

02.02 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “Excelentíssimos, -----
 Senhor Presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa, -----
 Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
 Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----
 Senhoras e Senhores Jornalistas e demais profissionais da Comunicação Social, -----
 Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online ou pela antena da rádio ABC Portugal -----

Estimados ourenses, -----

A minha primeira palavra vai naturalmente para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, o Engenheiro João Moura, como forma de felicitação por esta ideia de descentralizar estas reuniões e trazer os assuntos que nos movem, para mais perto dos ourenses. -----

É com muito prazer que aqui estamos, em Freixianda, uma vila história deste nosso Concelho, sede de uma União de Freguesias, que comemora hoje a efeméride do seu vigésimo oitavo



aniversário de elevação a Vila, e à qual temos dedicado especial atenção, precisamente porque lhe reconhecemos carências prementes, mas sobretudo um enorme potencial. -----

Para a Vila da Freixianda e sua comunidade, endereçamos os nossos sinceros parabéns. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores, -----

Terminou ontem mais uma FeirOurém. Foi a quarta edição desde que decidimos retomar um certame, que era histórico e muito vantajoso para a economia local, mas que estava votado ao esquecimento há vários anos. -----

Esta quarta edição confirmou a tendência de crescimento de um evento que é já um verdadeiro sucesso de dimensão nacional. Através de um cartaz de grande dimensão artística, voltou a ser possível atrair milhares de visitantes, de todo o país. -----

Ganharam as dezenas de expositores que apostaram na FeirOurém. Ganharam todas as associações que confiaram e nós e foram parceiras deste evento, aumentando a oferta na área da restauração. -----

Ganharam todos os ourenses, porque ganhou, acima de tudo, a economia local. Mesmo não estando ainda na posse dos números finais, é com segurança que afirmo que esta FeirOurém foi um grande sucesso! -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores, -----

A aposta na FeirOurém insere-se também na estratégia de consolidação do nosso Concelho enquanto município de referência a nível cultural. -----

Entendemos a Cultura como um fator determinante para o desenvolvimento social do nosso território. E por isso temos vindo a apostar claramente na oferta cultural. -----

A requalificação do agora denominado Teatro Municipal de Ourém, foi a pedra de toque. Dois anos depois da sua inauguração, o sucesso desta estratégia está à vista de todos. Com uma programação de excelência, colocámos aquela sala ao nível das melhores do país. -----

Os grandes artistas do momento, os melhores espetáculos de dança, música, teatro, circo contemporâneo; toda uma comunidade envolvida numa agenda cultural riquíssima e transversal aos gostos de todos nós. -----

Enquanto Presidente da Câmara Municipal, é com grande satisfação que venho acompanhando todas as iniciativas promovidas pelo TMO. E é também com enorme orgulho



que observo o grande envolvimento das nossas famílias, na agenda cultural que o Município de Ourém propõe todos os meses. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores, -----

Estamos à porta do encerramento de mais um ano letivo. É tempo de passar em revista o ano que passou, fazer um balanço, e perceber o que correu bem e o que correu menos bem. -----

É sobretudo o tempo de começar já a preparar o próximo ano letivo, reconhecendo os desafios que temos pela frente. Os nossos centros escolares registam lotação esgotada, as nossas creches também estão sobrelotadas. -----

É o resultado de um aumento populacional que nos deixa orgulhosos. Mas é também um resultado que nos obriga a encontrar soluções para que todas as nossas crianças tenham acesso à Educação. -----

Neste contexto, entendemos como muito positivo o número de candidaturas aprovadas para a construção de novas creches, em território ourense. Paralelamente, estamos a trabalhar para aumentar o número de salas disponíveis para a Pré e 1º Ciclo, estando neste momento a ser construído o novo Centro Escolar de Atougua, assim como será aumentado o número de salas na Escola Básica de Moita Redonda e, no futuro, no Centro Escolar Beato Nuno. -----

Aproveito esta oportunidade para reconhecer e agradecer a todos os profissionais do sector, por todo o empenho demonstrado ao longo do ano letivo que agora termina. A articulação com o Município de Ourém tem sido constante e proveitosa para ambas as partes. Que assim continue, é o meu desejo enquanto autarca especialmente focado na criação das melhores condições possíveis para o sector da Educação. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores, -----

Saudamos hoje o início de mais um verão, não esquecendo a grande preocupação que esta altura do ano acarreta. Com a subida das temperaturas, regressa o espectro dos incêndios rurais e florestais. A ameaça é constante e as suas consequências nefastas estão ainda à vista de todos. Infelizmente! -----

Há menos de um ano, a zona norte do Concelho de Ourém foi tragicamente devastada por uma vaga de incêndios. Nem de propósito, estamos hoje no seio de uma União de Freguesias que sofreu horrores com este flagelo. -----



A tragédia só não foi maior, graças à força da ação dos bombeiros e da proteção civil. Juntamente com o contributo de uma população empenhada em defender o que é nosso, conseguiram defender casas, proteger empresas e salvaguardar a própria vida humana. -----

Nunca será de mais agradecer, pelo que aqui fica mais uma palavra de reconhecimento a todos os que nos ajudaram durante aquelas semanas de inferno. -----

Agora, praticamente um ano depois, volta a ser o tempo de cerrar fileiras, na certeza de que o Município de Ourém continuará na linha da frente, contribuindo para que os nossos bombeiros beneficiem das melhores condições possíveis. -----

Neste contexto, foram renovados protocolos, foram estabelecidos novos moldes de cooperação entre autarquia e corporações. Estão a ser contruídos pontos de água em locais estratégicos, precisamente para que o combate seja ainda mais eficaz. As Equipas de Intervenção Permanente estão no terreno e em alerta constante, também em resultado de um investimento que resulta de mais um grande esforço financeiro assumido pelo Município. -----

Na reunião de hoje é presente uma proposta de protocolos com 10 Freguesias do nosso Concelho, para aquisição de kits de primeira intervenção que será mais um equipamento disponível para combater os fogos florestais. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores, -----

A propósito de investimentos e esforços financeiros, permitam-me que transporte esta minha intervenção para um resumo muito breve, citando apenas alguns exemplos de obras impactantes para o futuro do nosso Concelho. -----

Não poderia deixar de começar por uma obra que seguramente terá enorme impacto nesta União de Freguesias e em todo o Concelho. Falo da Área de Acolhimento Empresarial de Freixianda cuja construção está em pleno andamento. -----

Estamos perante mais um grande investimento promovido pelo Município de Ourém. Uma obra que nos dá particular satisfação, precisamente porque a lançámos contra muitas críticas da oposição. -----

Mas nós acreditamos muito nesta empreitada e no potencial que ela oferece. E por isso partimos decididos para a construção deste parque empresarial, que será um dos maiores investimentos da história do Município de Ourém. -----



A Área de Localização Empresarial de Freixianda será um marco na história da economia ourense. Vai criar emprego, vai gerar riqueza e vai contribuir para a fixação de famílias, combatendo o êxodo rural verificado ano após ano. -----

Ainda a propósito de empreitadas com impacto direto no desenvolvimento social do nosso território, permitam-me que destaque, entre intervenções em curso e outras que já estão em fase de concurso: -----

Na Cidade de Ourém, destaco: -----

- A requalificação do troço entre as rotundas do Ribeirinho e dos Álamos, que dará por terminada a requalificação de toda a Avenida D. Nuno Álvares Pereira; -----

- A ampliação do Parque da Cidade – Dr. António Teixeira; -----

Na Freguesia de Fátima, sublinho: -----

- A intervenção na Aldeia de Aljustrel; -----

- As requalificações da Estrada de Minde e da Avenida Irmã Lúcia de Jesus; -----

Um pouco por todo o Concelho, permitam-me que destaque: -----

- A construção do Edifício Multiusos de Caxarias, onde vai funcionar o novo Centro de Saúde e a nova sede da Junta local; -----

- A construção de um ascensor de acesso à Vila Medieval. -----

De forma sucinta, elenquei apenas alguns exemplos de grandes projetos concebidos em prol do desenvolvimento do nosso território. -----

Minhas Senhores, meus Senhores, -----

Sua Santidade, o Papa Francisco, estará de volta à Cidade de Fátima e ao Concelho de Ourém, a 5 de agosto. É um acontecimento que muito nos orgulha, mas que também aumenta a nossa responsabilidade enquanto município anfitrião. -----

Foi precisamente esse elevado sentido de responsabilidade que nos levou a solicitar, desde a primeira hora, a integração do Município de Ourém junto das entidades organizadoras desta visita. -----

Lamentavelmente, ao contrário do que acontece com os municípios de Lisboa, Loures e Odivelas, o Governo de Portugal deixou de fora o Concelho de Ourém. Fomos excluídos de toda a preparação desta jornada. -----



Não obstante, apesar de nos sentirmos assumidamente excluídos, arregaçámos as mangas e deitámos mãos à obra, para que a Cidade de Fátima e o Concelho de Ourém possam estar à altura de um acontecimento desta magnitude. -----

Em plena articulação com a proteção civil local, com as autoridades e forças de segurança e com o Santuário de Fátima, desenvolvemos uma estratégia comum que nos permita estar em condições de zelar pela segurança de todos e consolidar a nossa imagem enquanto território seguro e destino de referência. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores, -----

A propósito de exclusão e marginalização por parte do poder central, é com mágoa que abordo aquele que continua a ser o maior problema deste nosso Concelho de Ourém. O estado da saúde, ou o estado a que chegámos por manifesta incapacidade do Estado Central. -----

Ainda ontem, no decorrer das cerimónias oficiais do Feriado Municipal, tive a oportunidade de afirmar que chegou o tempo de endurecer o discurso. É hora de dizer basta! Basta de ignorar ou escamotear as verdadeiras origens deste problema. Basta de apontar o dedo a quem não tem culpa desta situação! -----

Já o disse e repito: o Município de Ourém tem sido parte da solução e nunca do problema. Não somos nós os responsáveis pela falta de médicos no nosso Concelho. Não somos nós os culpados de milhares de oureenses estarem sem médico de família. -----

Pelo contrário! O Município de Ourém tem vindo a garantir que o problema não se torne ainda maior. Temos feito – e bem – o nosso papel. -----

Permitam-me que enumere alguns exemplos, para avivar as memórias mais esquecidas: -----

- construímos ou requalificámos seis centros de saúde. Alburitel, Olival, Rio de Couros, Sobral e Vilar dos Prazeres já têm um novo centro de saúde. Caxarias também o terá num futuro breve; -----

- lançámos um programa de incentivos financeiros à fixação de novos médicos; -----

- aderimos ao projeto 'Bata Branca', através do qual estamos a apoiar financeiramente na contratação de 60 horas semanais, de prestação de serviços, às quais muito em breve, esperamos nós, poderão ser acrescentadas mais 40 horas por semana, para atenuar a falta de médicos nos nossos centros de saúde; -----



- aceitámos o reforço das competências delegadas pelo Estado à autarquia, ao nível dos edifícios, dos assistentes operacionais e até da gestão das frotas. -----

Paralelamente, estamos a trabalhar no desenvolvimento de uma proposta com vista à criação de balcões do SNS24 em algumas das juntas de freguesia do nosso Concelho. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores, -----

Porque nem tudo são más notícias, e felizmente o Concelho de Ourém respira saúde fora do contexto da saúde, concluo esta minha intervenção com uma mensagem de esperança no futuro de um território cada vez mais desenvolvido e preparado para responder às exigências e às ambições dos nossos munícipes. -----

Despeço-me reforçando a honra que sempre sinto na hora de submeter a nossa atuação ao escrutínio desta digníssima Assembleia, sobretudo hoje que a mesma decorre neste salão-nobre, no coração de uma União de Freguesias de extrema importância para o Concelho de Ourém. -----

Como este será muito provavelmente o nosso último contacto até ao final do verão, despeço-me desejando boas férias a todos! -----

Muito obrigado!" -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

| Anexo | Nova Estrutura | Nomenclatura |
|------------|---|--------------|
| Anexo A | Divisão de Gestão Financeira | DGF |
| Anexo A.i) | Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento | SCPA |
| Anexo B | Divisão de Recursos Humanos, Fiscalização e Contencioso e Informática | DRHFCI |
| Anexo C | Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos | DOMSU |
| Anexo D | Divisão de Urbanismo e Território | DUT |
| Anexo E | Divisão de Ação Cultural | DAC |
| Anexo F | Divisão de Educação | DE |



| | | |
|---------|---|-------|
| Anexo G | Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente | DAFCE |
| Anexo H | Divisão de Empreendedorismo e Turismo | DET |
| Anexo I | Divisão de Ambiente e Sustentabilidade | DAS |
| Anexo J | Divisão de Projetos Técnicos | DPT |
| Anexo K | Gabinete Técnico Florestal | GTF |
| Anexo L | Serviço de Planeamento do Território | SPT |
| Anexo M | Serviço de Atividades Municipais | SAM |
| Anexo N | Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude | SADJ |
| Anexo O | Serviço de Ação Social e Saúde | SASS |
| Anexo P | Gabinete de Comunicação e Imagem | GIC |
| Anexo Q | Divisão de Proteção Civil | DPC |

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **ANTÓNIO MANUEL OLIVEIRA SILVA**, na qualidade Presidente União das Freguesias de Gondemaria e Olival, expôs o seguinte: “Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal Sr. Eng.º, João Moura, Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, Sr. Luís Albuquerque Srs. vereadores. Srs. Deputados Municipais, caros Colegas Presidentes de Junta. Comunicação social, público aqui presente e todos aqueles que nos estão a acompanhar em suas casas através dos meios audiovisuais ao seu despor. -----

A executivo da União de Freguesias Gondemaria e Olival está diariamente a receber testemunhos de pessoas que se encontram em grandes dificuldades devido a falta de médico, existem muitos utentes com idade avançada, sem meios de transporte próprio para se deslocar ao centro de saúde de Ourém, e muitos deles com problemas graves de saúde o que carecem de um acompanhamento médico constante, neste caso questiono o Sr. Presidente da Câmara, se está prevista a ida de algum médico para a Gondemaria a curto ou a médio prazo. -----

Muito Obrigado” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “A minha questão tem a ver com os incêndios. -----

Todos nós nos lembramos do ano passado, pela tragédia que passámos, designadamente aqui na Freixianda e outras freguesias limítrofes e também do concelho. -----



Todos nos lembramos do flagelo nesses tempos. Começa hoje o verão. Li há pouco que, segundo parece, o Plano de Emergência Nacional vai ser acionado a partir do próximo dia 1 de julho. -----

A verdade é que, como dizia no início, lembramo-nos da tragédia que foi os incêndios e sem prejuízo de todo o trabalho que foi feito e bem feito, pelos bombeiros, pela proteção civil, pelas populações, o MOVE, e já o dissemos ou chamámos a atenção para esse facto na reunião de setembro, para a circunstância de se fazer ainda mais do que aquilo que se tem feito. -----

O senhor Presidente referia há pouco na sua intervenção que já foram tomadas diversas medidas, entre as quais a construção de novos pontos de água, etc, o reforço que vamos analisar e votar a seguir, relativamente aos kits que serão atribuídos às 10 freguesias. -----

Mas, como dizia, já alertámos para essa circunstância em setembro e diz respeito ao facto de pudermos envolver mais a população neste combate aos incêndios. -----

Lembramo-nos que, no ano passado, muito do que foi o trabalho na defesa de pessoas e bens, foram as populações que também o fizeram. Infelizmente, também sabemos que os bombeiros e a proteção civil não têm o dom de ubiquidade, não podendo estar em todos os sítios ao mesmo tempo. As populações vendo-se sozinhas reagem, ou têm o instinto de reagir e proteger aquilo que é seu e aquilo que, eventualmente em muitos casos, é dos outros. -----

A nossa questão tem a ver com uma possibilidade, prevista de resto no Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e que é a articulação entre as freguesias e o Município em que a população não é deixada ao seu livre arbítrio, digamos assim, possa ser ajudada em termos de disponibilização de equipamentos específicos para o efeito, em termos de formação daquilo que é prevenção e do ponto de vista daquilo que é o rescaldo dos próprios incêndios. Sensibilização para essa circunstância. -----

A minha questão, é se existe essa ponderação por parte da Câmara Municipal, se pondera coordenar com as freguesias e articular para que a população possa estar mais bem preparada para esse flagelo que se avizinha. E, já a partir do próximo fim de semana vamos ter subidas de temperaturas, se não está previsto ou se tenciona no futuro vir a envolver as populações para que elas estejam mais preparadas para enfrentar este flagelo, em articulação obviamente com todo o trabalho que é feito pelos bombeiros e proteção civil que é sempre de louvar. -----



Esta é a questão que deixo aqui. -----

Muito obrigado” -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do

grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Tenho aqui um conjunto de perguntas. ---

No passado sábado existiu um grande fluxo de pessoas FeirOurém, o que é ótimo. É muito

bom ver muita gente do concelho e de fora do concelho nestes eventos. Gostaria de colocar

uma questão que me preocupou no sábado passado que foi a proteção geral das pessoas que

estavam no local do concerto. Como disse, houve uma enchente muito grande e as pessoas

comentavam que as questões de segurança provavelmente não estariam todas corretas. E dou

dois exemplos: o facto do recinto estar muito cheio. Existiam dezenas de carrinhos de bebés no

meio da escuridão, onde várias pessoas caíram. No meio da escuridão e multidão, se

houvesse uma situação grave teria sido, na minha opinião, um desastre. -----

Pergunto se está em condições de afirmar que estavam reunidas todas as condições de

segurança legalmente previstas. Ainda bem que não aconteceu. -----

Outra questão. À semelhança do que ocorreu o ano passado, se bem me lembro, houve uma

ou duas contratações de artistas para a FeirOurém através do TMO. Gostaria de saber se

algum dos artistas que foi este ano contratado, foi através do TMO. -----

Outra questão, não totalmente do âmbito de Presidente de Câmara, saber os resultados da

Tejo Ambiente nesta primeira metade do ano 2023. Não fechámos ainda o primeiro semestre,

mas presumo que haja resultados do primeiro trimestre. Gostaria de saber se tem alguma ideia

qual foi o resultado económico do primeiro trimestre. Se deu prejuízo, se deu lucro. -----

Outra questão. Vi que está um processo judicial da Estrada de Minde. Saber se isso terá

alguma implicação no início dos trabalhos. -----

Uma curiosidade contabilística. Nos dados que estão juntos à sua comunicação, está um

aumento de cobrança de impostos até final maio 2023, quase de 25% em relação ao mesmo

mês do ano passado. é uma questão contabilística ou se é uma efetiva cobrança de mais 25%

de impostos diretos. Aceito perfeitamente que seja uma questão contabilística.” -----

= **OTÍLIA CRISTELA ANTUNES MARTO**, grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Duas

questões. -----



Uma delas tem a ver com a JMJ. O senhor Presidente já falou da vinda do Papa Francisco ao nosso concelho. apesar de ser uma visita curta, prevê-se que seja de grande impacto. Gostaria de saber qual é o envolvimento da Câmara Municipal na questão da segurança e da visita de Sua Santidade. -----

Outra questão, tem a ver com a perspectiva de alteração do calendário escolar. Se vamos mudar para um calendário semestral e o que é que a Câmara Municipal tenciona fazer ou já fez para que as famílias não sofram esse impacto. -----

Uma nota especial. Aproveito para dizer que tive a felicidade de ir ao concerto dos Xutos & Pontapés, no sábado, com os meus filhos e com os meus sobrinhos e senti-me segura. -----

Obrigada” -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “

O que trago aqui é mais um conselho ou um cuidado. A tomar para o futuro. -----

A zona de Fátima e a Estrada de Loureira, em particular, está a atingir níveis do intransitável. O trânsito chega a estar parado quase até à rotunda do IC9 porque não consegue entrar na rotunda. Isto sábados à tarde, domingos. -----

Gostaria que houvesse um cuidado da Câmara em rever toda aquela zona, toda a parte urbanística ali de Fátima porque, no futuro, a tendência será de aumentar e aumentar. Com o apertar da Estrada da Loureira, o trânsito que lá flui é diferente do trânsito que tem a Estrada de Minde. Fizem aquela Estrada à semelhança uma da outra, com passeios largos, com áreas largas, com lombas, algumas já com sinais de que estão demasiado elevadas. Os semáforos, não sei até que ponto têm utilidade em sentido prático, mas o trânsito ali para, estanca. Como vêm até à rotunda Norte, depois desta rotunda é todo um alargar, desde o acesso à autoestrada, desde a Beato Nuno, desde a Av. Jacinta Marto, e até a própria Estrada da Batalha. Não anda, nem para trás, nem para a frente. -----

Talvez ali um pouco de trabalho, alterar umas passadeiras, baixar esse nível das passadeiras, talvez tudo isso possa criar alguma ajuda, sobretudo que vamos entrar em época de grande movimento. Talvez pensar nisto para um futuro, muito, muito próximo. -----



Gostava de agradecer ao trabalho da Câmara que já andam a pinta passadeiras na Cova da Iria, o que já não acontecia há muito tempo. Ultimamente tem-se visto algum trabalho feito pela Câmara naquela localidade, que são estas passadeiras e uns sinãos novos. -----

Obrigado” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, consta que a população do concelho de Ourém irá ser presenteada com a abertura de uma da Loja do Cidadão. Gostaríamos de saber mais alguma informação, qual a sua localização, quais os serviços disponibilizados ou a disponibilizar. -----

Iremos ter serviços da AT, se sim, quais. -----

Muito obrigado” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, em representação do grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Gostaria de colocar duas questões -----

A primeira diz respeito ao projeto Bata Branca. Gostaria de felicitar a Câmara Municipal por esta iniciativa. Acho que vai ajudar a combater a falta de médicos no nosso concelho. No entanto, julgo que há ainda muita gente que desconhece o que está aqui envolvido. O que é de facto este projeto. Que valores é que a Câmara dá. Por isso, venho pedir ao senhor Presidente se pode detalhar um pouco mais. Sei que já falou disto outras vezes, mas há sempre pessoas que desconhecem, que não sabem do que trata este projeto. -----

A minha segunda questão tem a ver com as pedreiras na zona do Casal Farto. Este assunto foi discutido na última reunião de Câmara. Gostaria que pudesse dizer alguma coisa sobre isto. O que foi analisado, o que foi deliberado pela Câmara sobre esta matéria. -----

Muito obrigado” -----

= **EDGAR FERREIRA ENES**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de colocar aqui duas questões -----

A primeira, já se falou aqui várias vezes sobre o assunto, a questão dos incêndios. -----

Ainda bem que fizemos esta assembleia na zona Norte do concelho. Ouvi atentamente as medidas que falou, mas pareceram-me mais medidas de combate do que medidas de prevenção. As pessoas que vieram agora de Ourém, de certeza, que se aperceberam na



Estrada da Lagoa do Grou, se repararem, fizeram ali imensos cortes, mas há muita também muito lixo no chão. Deveríamos saber de quem é a responsabilidade de recolher esse lixo, porque todos sabemos que, a partir do momento em que esteja seco, é uma enorme fonte de combustão. -----

Uma outra questão. muita vez, ando pelos pinhais, sobretudo aqui na zona. Há muitas estradas e caminhos que estão cortados por árvores que caíram. Pergunto, se houver um incêndio, como é que os bombeiros passam. De que forma é que a Câmara e ou, as Juntas de Freguesia e ou a Proteção Civil estão atentas a estas circunstâncias. -----

Outra questão, para quando a imposição ou obrigatoriedade dos proprietários dos terrenos, principalmente dentro das aldeias, de limpar aquilo que é seu. Falo por exemplo, junto à minha casa e onde vide o Presidente de Junta de Rio Couros. Há muitos terrenos à volta das nossa casas que estão por limpar. O ano passado tive o fogo a 100m da minha casa. Como eu, há ali muitas pessoas nas mesmas circunstâncias. Gostava de saber o que é que a Câmara pode fazer para obrigar os proprietários a limpar aquilo que é seu. -----

Outra questão. Há pouco falávamos sobre as pedreiras. Gostaria de saber, porque passei lá esta semana, o que pensa fazer a Câmara relativamente à pedreira do Moimento, onde continua aquele enorme buraco. O que se pretende fazer. Vai continuar assim? Aquelo buraco enorme é para tapar? -----

Obrigado” -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade Presidente Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Duas questões -----

Estamos a falar de obras, Senhor Presidente, para quando está previsto o início das obras na Estrada de Minde? -----

Já está previsto o final das obras de requalificação de Aljustrel? -----

Obrigado” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “A minha questão tem a ver com a Educação. -----

Como referiu aqui o senhor Presidente no seu discurso, e bem, felizmente os nossos centros escolares estão lotados, assim como as cresces. Pergunto, em setembro aquando do início do



ano letivo, estão asseguradas vagas suficientes para colocar todas as nossas crianças na escola e na creche. Pergunto se também está acautelado eventual aumento da procura. -----

O senhor Presidente falou aqui sobre construção de creches, a construção do Centro Escolar na Atouguia, aumento de salas na Escola Básica de Atouguia, mas não especificou para quando é que estas obras se preveem realizadas e concluídas para fazer face à procura. -----

Porque se falou aqui na questão de segurança, acho importante haver segurança junto aos colégios e junto às escolas. Temos, por exemplo, a questão do CEF, os carros passam por ali com bastante velocidade e não há ali lombas. As passadeiras também não estão muito bem marcadas. O cruzamento penso que tem algum perigo. Os alunos, pessoas, veículos que vão para a escola, penso que é uma questão que deveria ser acautelada. -----

Falo também de outras estradas que poderiam ter lombas junto às escolas. Fica esta minha sugestão porque penso ser uma questão importante. -----

Obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: ----

“- Transporte pessoas para Centro Saúde Ourém. Recordo que existe o Programa Transporte a Pedido que deveria ser muito mais utilizado e que está à disposição das pessoas. O concelho de Ourém é o maior concelho do Médio Tejo, mas é daqueles que já aderiu a este projeto e que tem uma menor taxa de utilização. Este também é um trabalho que as juntas de freguesia devem fazer, dar a conhecer o Transporte a Pedido às pessoas e como funciona. Este projeto foi feito especialmente para estas freguesias mais rurais, mais afastadas dos centros urbanos, para permitir que elas possam aceder ao Centro de Saúde, ao Mercado e a outros locais que entendam. Apelo a que isso possa ser feito pelas juntas de freguesia. -----

- Falta de médicos. Já falei na minha intervenção o que penso sobre isso. É verdade, neste momento, com o projeto Bata Branca ainda há 3 a 4 extensões de saúde que continuam sem médicos, Gondemaria, Atouguia, Matas e Caxarias, esta última, embora com médico, mas deficitário, encontra-se com baixa parentalidade. Não tenho neste momento solução, uma solução que poderá passar se conseguirmos que o projeto Bata Branca tenha mais 40 horas e encontrarmos médicos disponíveis para poder aceder ao projeto. Ai sim, penso que



conseguiremos resolver todas as situações que existem neste momento de falta de médico nas extensões do nosso concelho. -----

- Sensibilização da população para incêndios florestais. Dizer que o Plano Emergência Municipal vai ser ativado a partir do dia 1 de julho, porque entendemos que o risco de incêndio que o concelho de Ourém tem, de elevado e com a proximidade da Jornada Mundial da Juventude e com a simultaneidade do evento da JMJ e a eventualidade de termos incêndios, entendemos que, por precaução, era importante ativar este Plano Municipal de Emergência. Recordo que até ao momento, e o verão começa hoje, já temos registados este ano, 23 incêndios no nosso concelho, dos quais 53% são considerados de origem criminosa. O augúrio não é bom, e tudo o que possamos fazer para procurar termos mais meios disponíveis para evitar alguma situação menos agradável que possa acontecer, deve ser feito. Por isso, no último Conselho Municipal de Proteção Civil entendemos ativar já este Plano Municipal de Emergência, o que me parece prudente. -----

Em relação à sensibilização. Temos um programa também elabora pelo Governo “Aldeias Seguras”. Temos isso implementado em 4/5 locais de diversas freguesias que prevê isso mesmo, a sensibilização das pessoas, o que devem fazer em caso de incêndio florestal. Temos vindo a fazer isso, mas às vezes também não é fácil encontrar pessoas disponíveis nas próprias aldeias para acederem a este projeto, mas, o que sei, somos dos concelhos que tem mais “Aldeias Seguras” implementadas, na nossa região e até no país. É um trabalho que temos de continuar a fazer porque a prevenção é sempre muito importante, como também a sensibilização das pessoas é obviamente importante. falar ainda nos kits de primeira intervenção, de que falaremos mais adiante nesta assembleia. Na nossa opinião é uma medida positiva que pode ajudar a responder mais rapidamente às primeiras ignições que se verificam em diversos locais, dada a proximidade das juntas de freguesia no terreno. -----

- FeirOurém e o fluxo de pessoas. Tínhamos um Plano de Segurança aprovado. Foi elaborado pelos nossos serviços e aprovado por mim. Esta situação estava acautelada. Há situações que não podemos controlar. No 12 de maio ou no 10 de junho também temos um Plano Segurança aprovado pela Proteção Civil, mas no meio de 200 mil pessoas, admito que haja coisas que não conseguimos controlar, como aqui também. A questão dos carrinhos de bebé. Atrevo-me a



dizer que depende muito da consciência das pessoas levarem carrinhos de bebé para aquele local onde se prevê aglomeração de pessoas, como efetivamente aconteceu. Não sei se estaria previsto no Plano de Segurança, mas se estivesse, seria uma falha das pessoas que deixaram que essas pessoas tivessem entrado com os carrinhos de bebé. No futuro, teremos de acautelar essa situação. -----

- Contratação de artistas pelo TMO. O ano passado conseguimos incluir 2 artistas no TMO, embora dizer que a contratação de artista do TMO tem características muito próprias, não pode ser qualquer artista. Este ano não enquadrámos qualquer um dos 4 artistas que vieram nessa programação porque, digamos, eles não tinham condições para poder entrar neste programa que temos em curso no TMO. Nenhum deles entrou nesse programa. -----

- Resultados Tejo Ambiente. Aconselho-o a ver o site da Tejo Ambiente, penso que já estarão publicados os resultados do primeiro trimestre. Os resultados foram negativos, tal como foram o ano passado, mas acima das previsões orçamentais que tínhamos. Dá-nos a ideia que se as coisas decorrerem como decorreram o ano passado, este ano até poderão decorrer um pouco melhor dado o afluxo que se prevê em Fátima durante os meses de julho e agosto, que os resultados tenderão a ser mais positivos do que aqueles que foram o ano passado. mas, é prematuro estar a falar sobre isso. -----

- Processo judicial Estrada de Minde. Houve uma empresa que ficou em quinto lugar que reclamou contra as quatro que ficaram em primeiro que são empresas conhecidas, de renome que estão habituadas a apresentar propostas em muitos concursos públicos, alguns até internacionais. Estamos tranquilos porque o júri do concurso diz que não há razão na contestação apresentada. Contestamos a ação, como é normal, tendo contratado uma empresa de advogados e vamos aguardar. Isso não impede que a obra se inicie já nos primeiros dias do mês de julho. Demorou muito tempo a termos o visto do Tribunal de Contas, houve muitas questões que foram colocadas, foram ultrapassadas, mas temos neste momento já o visto e condições para começar. A semana passada foi inclusivamente assinada a consignação, prevendo-se iniciar a obra na primeira ou segunda semana de julho, com o prazo de execução de um ano, é o que prevemos que possa demorar esta intervenção. -----



- Impostos diretos. Não é nenhum engano, a cobrança de impostos diretos, Derrama, IMI, IUC, IMT, está acima daquilo que foi o ano passado, o que demonstra uma grande pujança económica. O IMT é aquele que tem vindo a registar o maior acréscimo comparativamente ao mesmo período do ano passado. Não é engano, é o que está a acontecer no concelho de Ourém e penso que também um pouco por todo o país. -----

- Jornada Mundial Juventude. Como tive oportunidade de dizer mais do que uma vez, hoje voltei a referir, não tivemos qualquer tipo de apoio por parte do Governo, ao contrário do que aconteceu aquando das últimas visitas do Papa a Fátima. Não se por hoje o Executivo ser de uma cor diferente da que era na altura e de uma cor diferente da que era o Governo. Quero crer que não seja por isso, mas o facto é que não tivemos qualquer tipo de apoio por parte do Governo. Disseram-nos que a Jornada não é realizada em Fátima, por isso não tinham que apoiar. Obviamente, não podemos aceitar isso, porventura 90% das pessoas que virão à Jornada, virão a Fátima e teremos de estar preparados para receber bem as pessoas. Tenho aqui alguns números que posso adiantar e que tem a ver muito com aquilo que temos vindo a preparar. Tivemos e temos dois momentos importantes. Um a questão da segurança que tem de ser forçosamente assegurada. Outra, tem a ver com o funcionamento da cidade para que continue a funcionar normalmente. Em questão de segurança, temos a questão das baías que mais uma vez iremos assegurar. A identificação das circulares externas para que o trânsito possa fluir e possa haver segurança. A identificação de parques e no desvio de viaturas pesadas para que elas não congestionem o fluxo viário na cidade de Fátima. Quando ao funcionamento da cidade. Conseguimos assegurar a disponibilização de 80 terrenos privados, cerca de 52ha de espaço que prevê o estacionamento de cerca de 11 mil viaturas. Estamos a limpar todos esses terrenos para que quando se iniciar a pré Jornada tudo esteja em condições para receber esses veículos. 8 terrenos para viaturas pesadas, cerca de 10ha e que prevê que possam ficar aparcados cerca de 1600 viaturas pesadas. Também foi o Município que arranhou forma de falar com os proprietários e de limpar os terrenos para que eles estejam em condições de serem utilizados. Dois parques de acampamento com cerca 8,5ha, também foram disponibilizados terrenos e estão a ser limpos e a criar condições de abastecimento de água e luz para que também esteja acutelada essa situação. Circuitos de transferes dos parques de



estacionamento para o Santuário. O Município também irá assegurar os transferes quer através de meios próprios, quer através de contratação externa para que haja esses transferes desses parques para o recinto do Santuário. Um terminal rodoviário provisório que irá funcionar na rua Prof. Lopes, para evitar aquilo que aconteceu em 2017 e que foi um dos grandes constrangimentos que houve em Fátima, os autocarros não conseguiam sair do seu parque por força do fluxo rodoviário que existia na Av. Dom José Alves Correia da Silva. Também isso está a ser assegurado. Muita atenção à contentorização e limpeza urbana que irá ter um acréscimo significativo. Muita atenção ao abastecimento de água e eletricidade, internet, meios móveis para que não falhem. Iremos disponibilizar wi-fi gratuito junto ao Posto de Turismo durante um mês para que as pessoas que por ali circulem tenham acesso gratuito a dados durante esse período. Criação de plataformas digitais para comunicar aos peregrinos, informação sobre aquilo que vai acontecendo em Fátima e sobre qual q melhor forma das pessoas chegarem e saírem de Fátima. A questão dos sanitários, 80 sanitários que foram contratualizados para espalhar um pouco por toda a cidade de Fátima. este é um pouco do trabalho que temos vindo a realizar que vamos assegurar através de dispensas próprias e que me parece que sejam suficientes para que as pessoas que venham a Fátima possam sair de Fátima com uma boa imagem de Fátima, do concelho de Ourém e do nosso país, porque queremos que elas voltem no futuro. Também iremos embelezar a cidade com a colocação de alguns pendões, também alguns outdoors para que a cidade esteja apta para receber Sua Santidade o Papa da melhor forma. Estas são algumas das medidas que temos vindo a trabalhar e que me parecem ser importantes e que devem estar acauteladas e penso que estarão já na pré Jornada, meados do mês de julho. -----

- Alteração do calendário escolar. O Governo tem em curso junto dos diversos agrupamentos uma proposta para a semestralização dos períodos escolares. Em Ourém tivemos recentemente um Conselho Municipal de Educação onde tive a oportunidade de dizer aos senhores diretores dos agrupamentos e aos senhores diretores dos colégios que a semestralização no concelho será irreversível, se não for este ano, será no seguinte, porque o Governo está a trabalhar nesse sentido. Mas, também tive a oportunidade de dizer que para que a semestralização avance no concelho de Ourém, todos os agrupamentos e todos os



colégios têm de estar sintonizados. Não vou permitir que haja uns agrupamentos que estejam semestralizados e outros que não estejam semestralizados. Ou vamos todos pelo mesmo caminho ou então, basta um dizer que não, e não avançamos neste caminho. Isto tem implicação com os transportes, com as refeições, com os tempos livres, tem implicações com muitas coisas associadas. O que ficou decidido, os senhores diretores dos colégios e dos agrupamentos disseram que iam pensar toda esta situação e depois que nos diziam. Hoje posso vos dizer que estamos todos de acordo para que a partir do próximo ano letivo se inicie a semestralização das aulas no nosso concelho, sendo que estamos ainda a aguardar que a DGEST emita um parecer final favorável para que isso possa acontecer. Tudo indica que isso vai acontecer, embora se aguarde o parecer, uma diretiva do Governo. Mas penso que não irão dizer não a que isso aconteça já no próximo ano letivo. -----

- Estrada da Loureira. Agradeço a chamada de atenção. Temos nos apercebido de que isso tem acontecido. Penso que a questão dos semáforos também agravou a situação. Os semáforos estão ali para tornar o cruzamento mais seguro, mas também para limitar a velocidade. O que podemos procurar fazer, no imediato, ver se conseguimos reduzir o tempo ou aumentar o número de fluxo viário, reduzir o semáforo vermelho na Estrada Principal de forma a que o trânsito possa fluir com maior rapidez. O senhor deputado falou nos fins de semana, mas penso que isso também acontece muito horário escolar, no período da manhã. É uma situação que temos de procurar solucionar. -----

- Loja Cidadão. Velha ambição que temos. Já passaram alguns avisos onde poderíamos ter acedido e não tínhamos projeto. Temos um projeto que está em fase de conclusão. Queremos instalar a Loja do Cidadão no edifício da atual rodoviária e é para aqui que estamos a trabalhar. Pensamos que irão ser incluídos dois serviços, Segurança Social e AT. Uma das razões pela qual a implementação da Loja do Cidadão demorou mais tempo, dois dos três serviços têm dar a sua concordância, a saber AT, Segurança Social e IRN. O IRN, como sabem está no Palácio da Justiça e nunca mostrou vontade de sair dali e instalar-se na Loja do Cidadão. Restavam as outras duas entidades. A Segurança Social, no início, mostrou muita resistência a mudar e por isso não poderíamos avançar até que, cerca de 2 anos recebemos a informação por parte do senhor Diretor que estariam também disponíveis para integrar também este novo projeto, e



poderíamos então avançar porque teríamos dois dos três serviços disponíveis para o efeito. Estamos, neste momento, a elaborar o projeto que prevê a requalificação daquele edifício que prevê, na parte de baixo virado para a Francisco Sá Carneiro um parque de estacionamento coberto com capacidade para cerca de 40 lugares, o que permitirá ter uma praça superior virada para o Castelo e que poderá criar uma nova centralidade àquela zona da cidade. A rodoviária não vai voltar para aquele local, mesmo com a conclusão das obras de requalificação da rua Francisco Sá Carneiro. -----

- Projeto Bata Branca. Este é um projeto interessante. É um projeto que a Câmara não inventou nada, procurou encontrar soluções para o problema que temos de falta de médicos, extravasando também um pouco as nossas competências, procurando junto da ARS se haveria disponibilidade da ARS para protocolar horas semanais para contratação de médicos reformados ou que não estejam ligados ao SNS. Foram-nos concedidas 60 horas. Protocolámos com a Santa Casa da Misericórdia, tem ser através de uma entidade IPSS que esteja acreditada junto da ARS e esta é a única que temos no nosso concelho. Foi possível, através de um esforço, contactamos alguns médicos e foi possível completar as 60 horas que estão, neste momento, a serem prestadas nos postos: Vilar dos Prazeres, Rio de Couros, Urqueira, onde estava um médico que transitou para o centro de Saúde de Ourém, e também no Centro de Saúde de Ourém. Neste momento, das 60 horas, estão 51 a serem prestadas, uma médica que teve um problema familiar e ainda não pode iniciar as 9 horas que faltam e que lhe foram atribuídas, mas que pensamos possa ser agora durante o mês de julho. Entretanto estamos a tentar contratualizar mais 40 horas, temos também de arranjar mais médicos para isso junto da ARS. Como disse, se conseguirmos contratualizar mais 40 horas, os postos de saúde que hoje não têm médico, poderão também vir a ter médico. Um projeto que me parece interessante, tão interessante que já recebi contactos de quatro colegas meus de outras câmaras a perguntarem como funciona e como poderiam despoletar este processo, para que nos seus concelhos pudessem procurar resolver a situação porque o problema não é só no nosso concelho, ao contrário daquilo que possa por vezes fazer crer. -----

- Pedreiras. Já hoje aqui foi falado e não posso responder porque, numa das últimas reuniões de Câmara, aprovamos o início de um procedimento para um Plano de Pormenor para as



Pedreiras. Foi aqui falado num referendo. Um referendo é isto mesmo. As pessoas que entendem que este alargamento que é manifestamente inferior aquilo que tinha sido pedido inicialmente e depois numa segunda vez pela empresa, recordo que tinha sido pedido inicialmente a área de exploração de 230ha sensivelmente, estamos apenas a permitir que se estude a possibilidade de alargar 23ha. Há um Plano de Pormenor que irá estar em consulta pública e espero que todos aqueles que são tão opositores das pedreiras se possam manifestar nesse Plano de Pormenor para que nós possamos depois analisar essas propostas ou essas sugestões para depois aprovarmos ou não o Plano de Pormenor. Recordo que, hoje, a Câmara e a Assembleia Municipal tem essa prerrogativa, o que antes não tinha porque esta é a única competência de licenciamento única e exclusiva do Ministério do Ambiente, não da Câmara e que até aqui só tínhamos de emitir uma declaração de interesse público. Hoje não é só isso que acontece, as populações poderão ser ouvidas, deverão ser ouvidas, deverão pronunciar-se sobre o que entendem relativamente a esta situação que estamos aqui a propor. Ao contrário do que foi aqui dito, ao contrário do que foi propagado num órgão de comunicação social local, não aprovámos nada. Apenas aprovámos o início de um procedimento para discussão pública sobre um assunto que é de extrema importância e que deve ser bem analisado, sabendo que, conforme disse, temos de procurar bom senso. Se por um lado temos de procurar defender as populações, por outro temos também de procurar defender empresas que estão a trabalhar no nosso território que geram riqueza, geram emprego e isso deve ser equacionado. É esta equação que estamos a fazer no momento e, ao contrário do que foi dito e referido e noticiado, nós não aprovámos qualquer alargamento de nada. É bom que isso seja dito, bem escrito e bem explicado e bem entendido. -----

- Incêndios. Recolha lixos florestais. Trata-se de uma responsabilidade dos proprietários. O Município não pode entrar nos terrenos privados para limpar terrenos. Os terrenos privados foram cortados, limpos e os proprietários é que são responsáveis. O que a GNR pode fazer é notificar os privados é notificar os privados para aquilo que possa não estar bem. -----

- Árvores em caminhos florestais. É um problema. Parece-me que não deverão haver incêndios nos locais já ardidos. Penso que é uma situação que não se deve colocar, se arderam o ano passado, este ano tem pouco para arder, mas dizer que um dos três procedimentos que temos



e que ainda não foi iniciado, sendo através do ICNF, onde se prevê a limpeza e o arranjo dos caminhos vicinais e florestais. Quando isso acontecer, essas situações também irão ser resolvidas. -----

- Limpeza de terrenos. Decorreu até, penso 30 abril, a obrigatoriedade dos privados limparem os seus terrenos. A GNR é que tem a obrigatoriedade de notificar os privados para, depois disso, obriga-los a fazer o que têm de fazer. só depois disso é que a Câmara Municipal poderá intervir, mas sempre tendo em atenção o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios que diz onde podemos atuar. É um erro pensar que poderemos atuar em todo o lado, apenas podemos atuar de acordo com PMDFCI que diz onde podemos atuar, ano após ano. É uma competência que a GNR tem de notificar os privados e estes têm de o fazer. caso não o façam, então sim, poderá operar a Câmara Municipal, mas desde que esteja dentro do PMDFCI. -----

- Pedreiras Moimento. Penso que fala de umas pedreiras que estão junto à autoestrada. Um buraco que está ali e que tem anos e anos, para não dizer décadas. Falando das pedreiras, o tal Plano de Pormenor também deve prever o Plano de Lavra que é aquele que o senhor deputado Nuno Baptista há pouco falava na sua intervenção que também pode e deve prever essa situação. O plano de Pormenor deve prever essa situação para prever também o que deve ser feito e que não foi feito, no passado, na Pedreira que foi aqui identificada e que agora o Plano deve prever isso, como também deve prever as compensações públicas, que não aconteceu no passado, que devem ser asseguradas para que as empresas possam avançar com a sua ampliação, se assim o entenderem e se a Câmara e a Assembleia o autorizarem. ---

- Aljustrel. Pensamos que as obras poderão estar concluídas durante o mês de julho, é para isso que estamos a trabalhar, pelo menos aquela fase com mais movimento. Já não vou lá há cerca de 2 semanas, mas penso que a obra está a decorrer bem, a colocação da calçada já deve estar a chegar a Aljustrel. Tem havido dificuldades de mão de obra e falta de materiais essencialmente. A obra tem estado com grande dificuldade nesse aspeto, mas penso que até final de julho possa ficar concluída ou pelo menos transitável. -----

- Cresces. O que posso assegurar é que diversas IPSS, recorde que as cresces não é uma competência das Câmaras Municipais, é uma competência das IPSS ou de privados. Foram



aprovadas, no âmbito do aviso do PRR, criação de cerca de 230 vagas para o nosso concelho, entre elas, 32 para Fátima, nas Leucas; uma ampliação aqui na Freixianda que deve estar a iniciar-se. Outra na da Ribeira do Fárrio, embora no aviso anterior, também irá iniciar no próximo ano letivo. Há também uma intervenção que o Município, embora não sendo sua competência, entendeu levar a cabo para depois protocolar com uma IPSS, na antiga Escola das Louçãs, cerca de 800 mil euros, com um financiamento de 200 mil euros, já com uma majoração de 20% relativamente aos valores aprovados na primeira fase. Dizer que não sendo da nossa competência, também estamos preocupados. Haverá mais lugares, não posso é garantir que vão suprir todas as necessidades que possa haver para o próximo ano letivo. -----

- Escolas. Centro Escolar de Atouguia irá começar a funcionar durante o próximo ano letivo, as obras estão praticamente concluídas. Estamos agora numa fase de aquisição de mobiliário, de equipamento informático e também daquilo que é necessário para os refeitórios. Estamos com alguma dificuldade no fornecimento do equipamento mobiliário em tempo para o próximo ano letivo. As obras estão concluídas, mas se não houver condições, logo no início do ano letivo, penso que mais uns 15 dias ou um mês, as mesmas estarão disponíveis para avançar. -----

No Centro Escolar de Atouguia iremos criar uma nova sala para o próximo ano letivo, na escola de Moita Redonda que, de acordo com as inscrições que temos, será suficiente para o aumento que pensamos possa vir a acontecer de novo em Fátima. Estamos a trabalhar para criar mais uma sala no Centro Escolar Beato Nuno, no espaço que está hoje desaproveitado e iremos tentar aproveitá-lo, não para o próximo ano letivo porque estamos em fase de projeto, mas esperamos que possa acontecer no ano seguinte. -----

- Segurança junto às escolas. É uma questão que nos preocupa, mas a segurança não é uma competência do Município. São as forças de segurança que deverão reforçar a sua presença junto dos Centros Escolares, junto das entradas das escolas, o que me parece fundamental para assegurar a segurança de todos aqueles que por ali circulam. -----

Dizer ainda que estamos a trabalhar num projeto na rua São João Eudes. Projeto que ainda não está concluído, mas que prevê a criação de uma rotunda de acesso ao CEF que irá aumentar, em muito, a segurança de todos aqueles que por ali circulam. O projeto ainda está em fase de elaboração, o que vai demorar algum tempo. -----



Muito obrigado pela atenção” -----

----- Aberto o segundo período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: Dois esclarecimentos e uma pergunta ----

Em relação ao que o senhor Presidente da Câmara disse que eu tinha dito, vou voltar a ler aquilo que disse sobre a questão de abertura do processo das pedreiras: *“Foi neste âmbito que foi proposto e aprovado em reunião de camara, a abertura do procedimento para responder, ainda que parcialmente, o pedido das entidades interessadas para alargamento dos espaços de exploração das pedreiras.”* -----

Eu não disse que tinha sido aprovado o alargamento, falei na abertura de um procedimento. Parece que fui claro. Não disse nenhuma inverdade, para que conste. -----

Segunda questão, cobrança de mais 25% de impostos. Quem diria, tendo em conta as intervenções no caso do Governo quando cobra demasiado, o aumento de impostos é mau, neste caso, é absolutamente igual. Que seja dado um bom uso a esse valor. Não acredito que a nível central tenha tido aumento de 23.40% de impostos. -----

Em relação a uma pergunta que fiz sobre a Tejo Ambiente. Irei consultar os dados que estão disponíveis. Relembro que no final do ano foi importante aprovar a Tejo Ambiente com um pequeno lucro. Relembro que não foram devolvidas às pessoas as quantias reclamadas. Tenho altíssimas dúvidas se não foi um expediente da empresa, ou seja, se tivesse sido devolvido às pessoas os valores que pagaram em tempo a mais, se a empresa tinha dado lucro o ano passado. A minha pergunta é se está em condições de assegurar que isto não é verdade, se tivessem devolvido às pessoas em tempo esses valores, se a empresa não tinha dado prejuízo o ano passado.” -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade Presidente Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Recebi uma mensagem a dizer que o semáforo na rua São João Eudes, para quem vem do lado do CEF, de manhã tem apenas 10s verde. Quem vem do Centro Escolar beato Nuno, muitas vezes não consegue entrar na estrada, só tem 18s verde. estavam aqui a sugerir para verificar também esses 18s.” -----



= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “A minha pergunta está relacionada com aquilo que o senhor Presidente esteve a explicar ainda há pouco. Há toda uma série de preparativos que a Câmara Municipal está a fazer para a vinda do Papa. Gostava de saber como é que as pessoas que pensam vir a Fátima nesse período poderão saber pormenores de forma antecipada. Falou no estacionamento e numa série de outras coisas, como é que as pessoas poderão ter acesso à informação com antecipação. Qual será o site ou se está unicamente cingido ao site da Câmara ou se vai ser feita alguma informação particular para este tipo de informações com alguma antecipação, que caminhos é que levam, onde estacionar, etc, etc. -----

Muito obrigado” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “O senhor Presidente falava ainda há pouco no projeto das Aldeias Seguras. Se bem percebi, existem em 4 locais do concelho, poderia especificar quais são esses locais.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “- Cobrança de impostos. Isso demonstra a vitalidade e a pujança do concelho de Ourém. Estamos a falar de IMT, IUC. O IMI não tanto porque só reflete em junho, mas posso dizer que, comparativamente ao mesmo período do ano passado, a Câmara arrecadou mais cerca de 200 mil euros. -----

Dizer que o nosso concelho tem as taxas mais baixas de toda a Região, seja IMI, IMT. O valor que deixamos de cobrar para dar às populações, se aplicássemos as taxas máximas como muitos municípios aplicam na nossa Região. É unanimemente reconhecido, ouvir-se na rua que hoje há dinheiro para tudo e antes não havia dinheiro para nada. Isto tem a ver com aquilo que temos procurado fazer no Município. Tem a ver com a boa gestão dos dinheiros públicos. Iremos procurar utilizar bem os dinheiros que não são nossos, são dos munícipes de Ourém que contribuem também para que isso aconteça. -----

- Tejo Ambiente. Volto a repetir, o ano passado, os valores de prejuízo no 1.º semestre eram muito superiores aos valores registados neste primeiro trimestre e penso que também neste primeiro semestre. Os resultados estão muito acima das expetativas que tínhamos em termos



orçamentais. E a devolução dos valores que possa não ter sido feita, em termos financeiros foi acautelada em termos económicos e está refletida nas contas do ano passado. -----

A empresa deu resultado positivo, não tem a ver com aquilo que disse porque isso foi acautelado. Pode haver algumas situações que não estavam acauteladas, mas que se vão refletir com certeza nos resultados deste ano. -----

- Semáforos Estrada de Alvega. É o mesmo problema. Haveria ali uma questão de segurança que me parece foi resolvida. Pelo menos que tenha conhecimento, nunca mais houve ali acidentes. -----

- Plataformas. Uma delas estará diretamente ligada ao Santuário de Fátima, precisamente, para que as pessoas que acedam a essa plataforma tenham conhecimento atempado onde podem e devem estacionar os carros. Nessa plataforma irão estar semáforos verdes, amarelos e vermelhos, de acordo com a disponibilidade dos parques de que falei, tudo está acautelado e georreferenciado, para que as pessoas atempadamente possam saber com o que contar. -----

Penso que também está previsto a divulgação a nível nacional para que todas as pessoas possam saber e possam perceber com o que contar durante este período que teremos em Fátima. -----

Essa plataforma terá também informação sobre os pontos de interesse como farmácias, posto de correios, centro de saúde, para que as pessoas possam contar com aquilo que terão durante a sua permanência em Fátima. -----

- Projeto “Aldeias Seguras”. Estão aqui os senhores presidentes de Junta de Freguesia que, melhor do que eu, podem responder, mas que me lembra, as localidades são Escandarão, Casal Menino nas Matas, Lagoa do Grou na Freixianda, Vale das Antas na Urqueira e Rio de Couros. Está agendado uma para Freguesia de N.^a Sr.^a da Piedade, muito em breve. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Antes de terminar este ponto, gostaria de deixar uma nota. -----

Ontem no discurso que tive oportunidade de proferir aos ourensenses, a propósito das cerimónias do Dia do Município, fiz questão de alertar para aquilo que, hoje, todos nós tivemos oportunidade de ver com os próprios olhos, quando nos deslocamos até esta Vila da



Freixianda. Tem a ver com parte do abandono do território, com o cenário dantesco daquilo que ardeu. A regeneração que está a ser feita, na quase maioria dos casos, está a ser uma regeneração natural, o que significa que daqui a seis ou sete anos, o cenário esteja novamente montado para que surjam novamente fogos florestais. Ontem, não disse na cerimónia, mas quero dizê-lo hoje, aqui. -----

A senhora Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa esteve no concelho de Ourém depois dos incêndios florestais do ano passado e veio associar-se ao que tinha acontecido e garantir que, da parte do Governo, que haveria um conjunto de iniciativas para apoiar a catástrofe que tinha acontecido no concelho de Ourém. Inclusivamente, particularizou relativamente aquilo que aconteceu no incêndio no Resouro, nos aviários da Urcamat. Como sabem, houve um edifício de aves que ardeu por completo, com prejuízo gigante para a empresa. A senhora Ministra comprometeu-se com os proprietários da empresa de que estivessem atentos porque iria sair um aviso do Governo para compartilhar financeiramente aquele prejuízo. A empresa assim o fez. Entretanto, a Assembleia e a Câmara Municipal tiveram conhecimento, por parte da empresa, que saiu o aviso e a mesma concorreu a esse aviso. Estranhamente e lamentavelmente, a resposta que foi dada dos serviços públicos foi que a empresa não cumpria os requisitos mínimos para ter acesso aquele financiamento. -----

Iludiu-se uma empresa do concelho de Ourém de que iria abrir um aviso, que iriam haver verbas disponíveis e depois quando a empresa concorreu, diz-se que a mesma não tem condições para ser contemplada com esse financiamento. -----

Tive oportunidade, noutro fórum, de confrontar a senhora Ministra Ana Abrunhosa com este sucedido. O que vos posso dizer é que, estranhamente, a senhora Ministra, e não acredito que ela estivesse a encenar qualquer tipo de reação, ela própria ficou estupefacta com o facto dos serviços do Estado, de outro Ministério que não o dela, terem chumbado um compromisso que ela própria tinha assumido perante as populações. Isto é a prova de que há um desgoverno total relativamente a determinadas matérias. -----

Relativamente ainda aquilo que aconteceu aqui e está a acontecer por todo o país, o Governo depois do que aconteceu em Pedrogão Grande em 2017, o trágico acidente que todos têm memória, o pior de sempre em Portugal, o Governo criou uma instituição, não sei se já ouviram



falar, mas pelo menos as pessoas aqui da Freixianda já ouviram falar, que é a instituição pública FlorestGal. -----

A FlorestGal tinha a incumbência de promover, atendendo ao cenário que o nosso país tem, de minifúndio, de pequenas parcelas, ausência de cadastro, a FlorestGal tinha uma incumbência de se encarregar de promover a reflorestação dos espaços ardidos. Os senhores tiveram conhecimento aqui na Freixianda? Está aqui o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, está o senhor Presidente de Junta, tiveram conhecimento de que esta empresa, aqui sediada em Ansião, bem próximo de Freixianda, tenha vindo ao local, tenha vindo junto das pessoas para que acontecesse alguma coisa? Não. O Governo de Portugal prometeu que iriam existir áreas de integradas de gestão florestal. Em Portugal, desde os incêndios de 2017, até hoje, foi constituída uma única que ainda não está formatada para entrar em prática. Está criada única e exclusivamente de forma teórica. Estou a trazer este assunto aqui porque é de uma gravidade extrema que, relativamente aos territórios onde nós estamos, hoje especialmente, no território da Freixianda, deste Norte do concelho de Ourém, em que a sua principal riqueza, desde sempre, habituamo-nos a dizer, a grande riqueza do Norte do concelho é uma riqueza natural. É esta principal riqueza que nós estamos a ver, a assistir que está a ser degradada, de ano para ano, de ano para ano, com uma total rutura com aquilo que é o território rural do nosso país, do qual deveríamos ter imenso orgulho, neste território rural, onde há qualidade de vida, onde se respira ar puro. Hoje, as alterações climáticas, toda gente diz, são devidas aquilo que são as emissões de gases com efeito estufa. Pois é nestes territórios de dimensão rural fixam-se estes gases, contribui-se para compensar aquilo que as cidades fazem. E o que é que os governos de Portugal fazem? Abandonam este território. Deixam as pessoas à sua mercê. ----- Hoje que estamos aqui, neste território, não poderia passar sem deixar uma nota de profundo desagrado perante o abandono deste território, ao contrário daquilo que se tem apregoado. E não é por falta de dinheiro, porque nunca houve tantos recursos financeiros. E os portugueses sabem disso, nunca houve tanta carga fiscal e nunca houve tantos fundos comunitários para que fossem aplicados. Existem projetos, existem planos, mas tudo em termos teóricos. Pouco ou nada, permitam-me parafrasear aqui o senhor Presidente de Junta de Nossa Senhora da Piedade, que disse há pouco, é urgente que as coisas saiam do papel, que passem à prática. É



isso que a população da Freixianda, Ribeira do Fárrio, Formigais, Casal dos Bernardos, Rio de Couros, Caxarias, exigem que se faça. Passemos à prática. -----
 Estamos a investir milhões de euros em Portugal no combate, é verdade que estamos. Ourém é um concelho que está mais bem preparado no país, não tenham dúvidas disso. Com o número de Equipas de Intervenção Permanente, com o número de Bombeiros. Nós temos mais voluntários do que grande parte do país em termos per capita. Mas, isso não é suficiente porque quando a catástrofe cá chega, como quem esteve, como eu estive e muitos dos presentes nesta sala também estiveram, tiveram a oportunidade de ver o cenário dantesco daquilo que aconteceu aqui nestes territórios o ano passado. Não há nada que valha, não há bombeiros que valham, não há meios aéreos que valham, não há nada capaz de reter um incêndio daquelas dimensões. As temperaturas são altíssimas, os ventos são fortíssimos, a humidade é baixíssima, portanto está tudo reunido. Isto acontece muito porque os territórios estão abandonados. Há muitos anos, em Portugal, existia a resinagem, existia quem cuidasse dos matos, existia quem cuidasse das florestas, hoje, são poucos ou nenhuns. Também porque se abandonou a floresta produtiva, deixou-se de ter uma agregação da floresta ao Ministério da Agricultura, lamentavelmente. Hoje, quem quer produzir é quase visto como um inimigo. O pinheiro é visto como inimigo, o eucalipto é visto como o inimigo, quando nós sabemos que as causas dos incêndios são o abandono das propriedades.” -----

02.03 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CENTRO DESPORTIVO DE FÁTIMA – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 33244**, datado de **2023.04.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.03.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para repartir, pelos anos económicos de 2023 a 2026, os encargos decorrentes do apoio em referência, do seguinte modo: -----

----- Ano 2023 – 15.000,00 euros -----



----- Ano 2024 – 10.000,00 euros -----

----- Ano 2025 – 10.000,00 euros -----

----- Ano 2026 – 10.000,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 2701-A/2023, a celebrar com o **Centro Desportivo de Fátima**, com sede na Rua Padre António Martins Pereira, n.º 25, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, com o objetivo de definir a cooperação entre as partes e apoiar financeiramente, até ao montante de 40.000,00€, a concretização do programa de desenvolvimento desportivo, denominado “Escola de Padel”, nas épocas desportivas de 2023 a 2026, válido por quatro anos, renovável. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 10 do mês corrente, a dar conta de que a despesa emergente do protocolo em apreço, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DAS MATAS – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35521**, datado de **2023.04.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.17,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais decorrentes do apoio em referência, do seguinte modo: -----

----- Ano 2023 – 10.000,00 euros -----

----- Ano 2024 – 36.904,60 euros -----

----- Ano 2025 – 73.809,20 euros -----

----- Ano 2026 – 36.904,63 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 11.208-A/2023, a celebrar com a **Fábrica da Igreja Paroquial das Matas**, com sede na Rua da Escola, n.º 23, na localidade de Matas, da União das Freguesias de Matas e Cercal, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 157.618,43€, os encargos decorrentes de obras de beneficiação do salão paroquial da referida localidade, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 03 de abril corrente, a dar conta de que a despesa emergente do protocolo a estabelecer, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE CAXARIAS – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 44626**, datado de **2023.05.18**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.05.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar financeiramente a Freguesia de Caxarias, mediante a celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 25.124-A/2023, a celebrar com a **Freguesia de Caxarias**, com sede na Rua dos Combatentes, n.º 202, em Caxarias, deste Concelho, com vista à cedência gratuita do edifício da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sita na Rua de Nossa Senhora de Fátima, n.º 51, em Pontes, daquela freguesia, com a finalidade de contribuir para a integração social, comunitária e educativa, bem como para o desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo da população, válido pelo período de um ano, renovável. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 52842**, datado de **2023.06.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.12, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar financeiramente a União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, mediante a celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 105.387-A/2023, a celebrar com a **União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais**, sediada na Rua Padre Feliciano de Oliveira, n.º 15, em Freixianda, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 105.233,64€, os encargos decorrentes da construção da “Capela Mortuária de São Jorge”, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio.

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 06 do mês corrente, a dar conta de que a despesa emergente do protocolo em apreço, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDEMARIA E OLIVAL – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 52845**, datado de **2023.06.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.12, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar financeiramente a União das Freguesias de Gondemaria e Olival, mediante a celebração de protocolo. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 31.799-A/2023, a celebrar com a **União das Freguesias de Gondemaria e Olival**, sediada na Rua da Fonte, n.º 13, em Olival, deste Concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 100.199,76€, os encargos decorrentes das obras de alargamento da Rua de São Domingos, em Aldeia Nova, daquela união de freguesias, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 06 do mês corrente, a dar conta de que a despesa emergente do protocolo em apreço, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **ANTÓNIO MANUEL OLIVEIRA SILVA**, na qualidade de Presidente da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, expôs o seguinte: “----O constrangimento rodoviário na Rua de São Domingos em Aldeia Nova, é um problema que se arrasta a décadas como é do conhecimento de todos, a pesar dos vários acidentes graves que ali aconteceram, e dos constantes manifestos eleitorais, nunca se conseguiu requalificar aquele constrangimento. -----



-----A Junta de Freguesia empenhou-se desde a primeira hora para que fosse possível chegar a acordo com os proprietários envolvidos, para resolver definitivamente este problema estrutural, que passa pela demolição do edificado existente, alargamento e cedência ao espaço publico para a sua valorização. -----

-----Uma última referencia e agradecimento a colaboração de todos os privados envolvidos neste processo, principalmente ao Sr. Manuel Vieira, sem a sua disponibilidade e contributo não era possível este desfecho. -----

-----Com a regularização do constrangimento existente, a Rua de São Domingues em Aldeia Nova deixa de ser o entrave a passagem de viaturas de maior dimensão como aconteceu no último incendio que bloqueou ali a passagem da viatura que transportava maquinaria pesada que se encontrava ao serviço da proteção Civil, esta remodelação vai valorizar o espaço em benefício de todos e para a segurança de todos. -----

Muito Obrigado.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.08 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE FÁTIMA – PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50651**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para proceder à celebração de contrato de comodato com a Freguesia de Fátima. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 39.577/2023, da **Freguesia de Fátima**, com sede na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, em Fátima, deste Concelho, a anexar, para apreciação e aprovação, proposta de contrato a celebrar com este Município, que visa a cedência gratuita, em regime de comodato, das divisões independentes destinadas à requalificação da Unidade de Saúde de Fátima, do prédio sua propriedade, sito na Avenida D. José Alves Correia da Silva, n.º 326, daquela freguesia, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 7311 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém, válido pelo período de 25 anos. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Setor de Património** exarou no processo uma informação, datada de 12 de maio findo, que a seguir se transcreve: “No seguimento das transferências de competências aos Municípios, a junta de freguesia de Fátima pretende ceder ao Município, em regime de Comodato, as divisões independentes associadas à Biblioteca e ao Centro de Saúde de Fátima. -----

---- A Proposta de comodato a celebrar é pelo prazo certo de 25 anos. -----

---- No entanto realça-se que para efeitos de celebração de contrato de comodato, o edifício deverá estar devidamente legalizado em termos jurídico-registal, sendo que o mesmo não se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém (devendo a junta de freguesia legalizar o mesmo), apenas inscrito na Matriz Predial Urbana sob o Artigo 7311 de Fátima. -----

---- À consideração superior.” -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido igualmente sobre o assunto, exarou também no processo uma informação, datada de 16 daquele mesmo mês, a dar conta de que concorda com o acima referido, salientando que a Freguesia de Fátima deverá promover a legalização do imóvel em referência. Mais dá conta de que a aprovação do citado contrato é da competência do órgão deliberativo.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO
APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

**02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “AQUISIÇÃO DE KIT
DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIOS” – PROPOSTAS DE
PROTOCOLOS -----**

**----- 02.09.01 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E
A FREGUESIA DE ALBURITEL -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50653**, datado de
2023.06.06, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05,
solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo
I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da
matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a
todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública
e Aprovisionamento** remeteu para apreciação as propostas de textos de protocolos registadas
sob o n.º 64.256-A/2022, a celebrar com as freguesias que a seguir se especificam, com o
objetivo de apoiar financeiramente cada freguesia, até ao montante de 5.000,00€, as despesas
decorrentes da aquisição de um kit de primeira intervenção para combate a incêndios: -----

- Freguesia de Alburitel; -----
- Freguesia de Atougua; -----
- Freguesia de Caxarias; -----
- Freguesia de Espite; -----
- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias; -----
- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade; -----



- Freguesia de Seiça;-----
- Freguesia de Urqueira;-----
- União das Freguesias de Gondemaria e Olival; -----
- União das Freguesias de Matas e Cercal.-----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 26 de maio findo, a dar conta de que a despesa emergente dos protocolos a celebrar dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, apresentou a seguinte declaração, subscrita pelas dez Freguesias acima referidas:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Após a calamidade do pretérito ano, referente aos incêndios que decorreram um pouco por todo o concelho, mais agudizado na zona norte do nosso território, a proposta de protocolo com as juntas de freguesia para a aquisição de kit de primeira intervenção para combate a incêndios são uma feliz iniciativa que nos cumpre publicamente referir. -----

Todos compreendemos que esta iniciativa não visa reduzir o número da ocorrência de incêndios, porém pode e vai certamente ser uma ferramenta importante para quem anda no terreno em proximidade, para acudir de modo inicial e primário a um pequeno foco de incêndio ou ainda colaborar num auxílio para defesa de pessoas e bens na retaguarda, sempre de modo complementar ao trabalho dos nossos bombeiros. -----

Esta proposta de protocolo de apoio financeiro pelo executivo municipal e a sua adesão pelas Juntas de Freguesia, que ainda não tinham este tipo de equipamento, corrobora a preocupação que as instituições públicas têm relativamente à matéria dos incêndios e que todos os



contributos que possam reforçar e robustecer as respostas para minimizar os impactos destes episódios são justificados e, sobretudo, bem-vindos. -----

A presente declaração é subscrita pelas 10 freguesias com propostas de protocolo.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “AQUISIÇÃO DE KIT DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIOS” – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS -----

02.09.02 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE ATOUGUIA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50653**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento** remeteu para apreciação as propostas de textos de protocolos registadas sob o n.º 64.256-A/2022, a celebrar com as freguesias que a seguir se especificam, com o objetivo de apoiar financeiramente cada freguesia, até ao montante de 5.000,00€, as despesas decorrentes da aquisição de um kit de primeira intervenção para combate a incêndios: -----

- Freguesia de Alburitel; -----
- Freguesia de Atouguia; -----



- Freguesia de Caxarias; -----
- Freguesia de Espite; -----
- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias; -----
- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade; -----
- Freguesia de Seiça; -----
- Freguesia de Urqueira; -----
- União das Freguesias de Gondemaria e Olival; -----
- União das Freguesias de Matas e Cercal. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 26 de maio findo, a dar conta de que a despesa emergente dos protocolos a celebrar dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, apresentou a seguinte declaração, subscrita pelas dez Freguesias acima referidas:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Após a calamidade do pretérito ano, referente aos incêndios que decorreram um pouco por todo o concelho, mais agudizado na zona norte do nosso território, a proposta de protocolo com as juntas de freguesia para a aquisição de kit de primeira intervenção para combate a incêndios são uma feliz iniciativa que nos cumpre publicamente referir. -----

Todos compreendemos que esta iniciativa não visa reduzir o número da ocorrência de incêndios, porém pode e vai certamente ser uma ferramenta importante para quem anda no terreno em proximidade, para acudir de modo inicial e primário a um pequeno foco de incêndio ou ainda colaborar num auxílio para defesa de pessoas e bens na retaguarda, sempre de modo complementar ao trabalho dos nossos bombeiros. -----



Esta proposta de protocolo de apoio financeiro pelo executivo municipal e a sua adesão pelas Juntas de Freguesia, que ainda não tinham este tipo de equipamento, corrobora a preocupação que as instituições públicas têm relativamente à matéria dos incêndios e que todos os contributos que possam reforçar e robustecer as respostas para minimizar os impactos destes episódios são justificados e, sobretudo, bem-vindos. -----

A presente declaração é subscrita pelas 10 freguesias com propostas de protocolo.” -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “AQUISIÇÃO DE KIT DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIOS” – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS -----

----- 02.09.03 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE CAXARIAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50653**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento** remeteu para apreciação as propostas de textos de protocolos registadas sob o n.º 64.256-A/2022, a celebrar com as freguesias que a seguir se especificam, com o



objetivo de apoiar financeiramente cada freguesia, até ao montante de 5.000,00€, as despesas decorrentes da aquisição de um kit de primeira intervenção para combate a incêndios: -----

- Freguesia de Alburitel; -----
- Freguesia de Atougua; -----
- Freguesia de Caxarias; -----
- Freguesia de Espite; -----
- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias; -----
- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade; -----
- Freguesia de Seiça; -----
- Freguesia de Urqueira; -----
- União das Freguesias de Gondemaria e Olival; -----
- União das Freguesias de Matas e Cercal. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 26 de maio findo, a dar conta de que a despesa emergente dos protocolos a celebrar dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, apresentou a seguinte declaração, subscrita pelas dez Freguesias acima referidas:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Após a calamidade do pretérito ano, referente aos incêndios que decorreram um pouco por todo o concelho, mais agudizado na zona norte do nosso território, a proposta de protocolo com as juntas de freguesia para a aquisição de kit de primeira intervenção para combate a incêndios são uma feliz iniciativa que nos cumpre publicamente referir. -----



Todos compreendemos que esta iniciativa não visa reduzir o número da ocorrência de incêndios, porém pode e vai certamente ser uma ferramenta importante para quem anda no terreno em proximidade, para acudir de modo inicial e primário a um pequeno foco de incêndio ou ainda colaborar num auxílio para defesa de pessoas e bens na retaguarda, sempre de modo complementar ao trabalho dos nossos bombeiros. -----

Esta proposta de protocolo de apoio financeiro pelo executivo municipal e a sua adesão pelas Juntas de Freguesia, que ainda não tinham este tipo de equipamento, corrobora a preocupação que as instituições públicas têm relativamente à matéria dos incêndios e que todos os contributos que possam reforçar e robustecer as respostas para minimizar os impactos destes episódios são justificados e, sobretudo, bem-vindos. -----

A presente declaração é subscrita pelas 10 freguesias com propostas de protocolo.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “AQUISIÇÃO DE KIT DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIOS” – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS -----

----- 02.09.04 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE ESPITE -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50653**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento** remeteu para apreciação as propostas de textos de protocolos registadas sob o n.º 64.256-A/2022, a celebrar com as freguesias que a seguir se especificam, com o objetivo de apoiar financeiramente cada freguesia, até ao montante de 5.000,00€, as despesas decorrentes da aquisição de um kit de primeira intervenção para combate a incêndios: -----

- Freguesia de Alburitel; -----
- Freguesia de Atougua; -----
- Freguesia de Caxarias; -----
- Freguesia de Espite; -----
- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias; -----
- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade; -----
- Freguesia de Seiça; -----
- Freguesia de Urqueira; -----
- União das Freguesias de Gondemaria e Olival; -----
- União das Freguesias de Matas e Cercal. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 26 de maio findo, a dar conta de que a despesa emergente dos protocolos a celebrar dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, apresentou a seguinte declaração, subscrita pelas dez Freguesias acima referidas:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----



Após a calamidade do pretérito ano, referente aos incêndios que decorreram um pouco por todo o concelho, mais agudizado na zona norte do nosso território, a proposta de protocolo com as juntas de freguesia para a aquisição de kit de primeira intervenção para combate a incêndios são uma feliz iniciativa que nos cumpre publicamente referir. -----

Todos compreendemos que esta iniciativa não visa reduzir o número da ocorrência de incêndios, porém pode e vai certamente ser uma ferramenta importante para quem anda no terreno em proximidade, para acudir de modo inicial e primário a um pequeno foco de incêndio ou ainda colaborar num auxílio para defesa de pessoas e bens na retaguarda, sempre de modo complementar ao trabalho dos nossos bombeiros. -----

Esta proposta de protocolo de apoio financeiro pelo executivo municipal e a sua adesão pelas Juntas de Freguesia, que ainda não tinham este tipo de equipamento, corrobora a preocupação que as instituições públicas têm relativamente à matéria dos incêndios e que todos os contributos que possam reforçar e robustecer as respostas para minimizar os impactos destes episódios são justificados e, sobretudo, bem-vindos. -----

A presente declaração é subscrita pelas 10 freguesias com propostas de protocolo.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “AQUISIÇÃO DE KIT DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIOS” – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS -----

----- 02.09.05 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS MISERICÓRDIAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50653**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento** remeteu para apreciação as propostas de textos de protocolos registadas sob o n.º 64.256-A/2022, a celebrar com as freguesias que a seguir se especificam, com o objetivo de apoiar financeiramente cada freguesia, até ao montante de 5.000,00€, as despesas decorrentes da aquisição de um kit de primeira intervenção para combate a incêndios: -----

- Freguesia de Alburitel; -----
- Freguesia de Atouguia; -----
- Freguesia de Caxarias; -----
- Freguesia de Espite; -----
- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias; -----
- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade; -----
- Freguesia de Seiça; -----
- Freguesia de Urqueira; -----
- União das Freguesias de Gondemaria e Olival; -----
- União das Freguesias de Matas e Cercal. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 26 de maio findo, a dar conta de que a despesa emergente dos protocolos a celebrar dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----



= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, apresentou a seguinte declaração, subscrita pelas dez Freguesias acima referidas:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Após a calamidade do pretérito ano, referente aos incêndios que decorreram um pouco por todo o concelho, mais agudizado na zona norte do nosso território, a proposta de protocolo com as juntas de freguesia para a aquisição de kit de primeira intervenção para combate a incêndios são uma feliz iniciativa que nos cumpre publicamente referir. -----

Todos compreendemos que esta iniciativa não visa reduzir o número da ocorrência de incêndios, porém pode e vai certamente ser uma ferramenta importante para quem anda no terreno em proximidade, para acudir de modo inicial e primário a um pequeno foco de incêndio ou ainda colaborar num auxílio para defesa de pessoas e bens na retaguarda, sempre de modo complementar ao trabalho dos nossos bombeiros. -----

Esta proposta de protocolo de apoio financeiro pelo executivo municipal e a sua adesão pelas Juntas de Freguesia, que ainda não tinham este tipo de equipamento, corrobora a preocupação que as instituições públicas têm relativamente à matéria dos incêndios e que todos os contributos que possam reforçar e robustecer as respostas para minimizar os impactos destes episódios são justificados e, sobretudo, bem-vindos. -----

A presente declaração é subscrita pelas 10 freguesias com propostas de protocolo.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “AQUISIÇÃO DE KIT DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIOS” – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS -----



**----- 02.09.06 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E
A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50653**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento** remeteu para apreciação as propostas de textos de protocolos registadas sob o n.º 64.256-A/2022, a celebrar com as freguesias que a seguir se especificam, com o objetivo de apoiar financeiramente cada freguesia, até ao montante de 5.000,00€, as despesas decorrentes da aquisição de um kit de primeira intervenção para combate a incêndios: -----

- Freguesia de Alburitel; -----
- Freguesia de Atougua; -----
- Freguesia de Caxarias; -----
- Freguesia de Espite; -----
- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias; -----
- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade; -----
- Freguesia de Seiça; -----
- Freguesia de Urqueira; -----
- União das Freguesias de Gondemaria e Olival; -----
- União das Freguesias de Matas e Cercal. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 26 de maio findo, a dar conta de que a despesa emergente dos protocolos a celebrar dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----



---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, apresentou a seguinte declaração, subscrita pelas dez Freguesias acima referidas: “Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Após a calamidade do pretérito ano, referente aos incêndios que decorreram um pouco por todo o concelho, mais agudizado na zona norte do nosso território, a proposta de protocolo com as juntas de freguesia para a aquisição de kit de primeira intervenção para combate a incêndios são uma feliz iniciativa que nos cumpre publicamente referir. -----

Todos compreendemos que esta iniciativa não visa reduzir o número da ocorrência de incêndios, porém pode e vai certamente ser uma ferramenta importante para quem anda no terreno em proximidade, para acudir de modo inicial e primário a um pequeno foco de incêndio ou ainda colaborar num auxílio para defesa de pessoas e bens na retaguarda, sempre de modo complementar ao trabalho dos nossos bombeiros. -----

Esta proposta de protocolo de apoio financeiro pelo executivo municipal e a sua adesão pelas Juntas de Freguesia, que ainda não tinham este tipo de equipamento, corrobora a preocupação que as instituições públicas têm relativamente à matéria dos incêndios e que todos os contributos que possam reforçar e robustecer as respostas para minimizar os impactos destes episódios são justificados e, sobretudo, bem-vindos. -----

A presente declaração é subscrita pelas 10 freguesias com propostas de protocolo.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.09 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “AQUISIÇÃO DE KIT DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIOS” – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS

02.09.07 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE SEIÇA

Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50653**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe.

Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário.

Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento** remeteu para apreciação as propostas de textos de protocolos registadas sob o n.º 64.256-A/2022, a celebrar com as freguesias que a seguir se especificam, com o objetivo de apoiar financeiramente cada freguesia, até ao montante de 5.000,00€, as despesas decorrentes da aquisição de um kit de primeira intervenção para combate a incêndios: -----

- Freguesia de Alburitel; -----
- Freguesia de Atouguia; -----
- Freguesia de Caxarias; -----
- Freguesia de Espite; -----
- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias; -----
- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade; -----
- Freguesia de Seiça; -----
- Freguesia de Urqueira; -----
- União das Freguesias de Gondemaria e Olival; -----
- União das Freguesias de Matas e Cercal. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 26 de maio findo, a dar conta de que a despesa emergente dos



protocolos a celebrar dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, apresentou a seguinte declaração, subscrita pelas dez Freguesias acima referidas:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Após a calamidade do pretérito ano, referente aos incêndios que decorreram um pouco por todo o concelho, mais agudizado na zona norte do nosso território, a proposta de protocolo com as juntas de freguesia para a aquisição de kit de primeira intervenção para combate a incêndios são uma feliz iniciativa que nos cumpre publicamente referir. -----

Todos compreendemos que esta iniciativa não visa reduzir o número da ocorrência de incêndios, porém pode e vai certamente ser uma ferramenta importante para quem anda no terreno em proximidade, para acudir de modo inicial e primário a um pequeno foco de incêndio ou ainda colaborar num auxílio para defesa de pessoas e bens na retaguarda, sempre de modo complementar ao trabalho dos nossos bombeiros. -----

Esta proposta de protocolo de apoio financeiro pelo executivo municipal e a sua adesão pelas Juntas de Freguesia, que ainda não tinham este tipo de equipamento, corrobora a preocupação que as instituições públicas têm relativamente à matéria dos incêndios e que todos os contributos que possam reforçar e robustecer as respostas para minimizar os impactos destes episódios são justificados e, sobretudo, bem-vindos. -----

A presente declaração é subscrita pelas 10 freguesias com propostas de protocolo.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----



----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “AQUISIÇÃO DE KIT DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIOS” – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS -----

02.09.08 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A FREGUESIA DE URQUEIRA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50653**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento** remeteu para apreciação as propostas de textos de protocolos registadas sob o n.º 64.256-A/2022, a celebrar com as freguesias que a seguir se especificam, com o objetivo de apoiar financeiramente cada freguesia, até ao montante de 5.000,00€, as despesas decorrentes da aquisição de um kit de primeira intervenção para combate a incêndios: -----

- Freguesia de Alburitel; -----
- Freguesia de Atougua; -----
- Freguesia de Caxarias; -----
- Freguesia de Espite; -----
- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias; -----
- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade; -----
- Freguesia de Seiça; -----
- Freguesia de Urqueira; -----
- União das Freguesias de Gondemaria e Olival; -----



➤ União das Freguesias de Matas e Cercal.-----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 26 de maio findo, a dar conta de que a despesa emergente dos protocolos a celebrar dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, apresentou a seguinte declaração, subscrita pelas dez Freguesias acima referidas:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Após a calamidade do pretérito ano, referente aos incêndios que decorreram um pouco por todo o concelho, mais agudizado na zona norte do nosso território, a proposta de protocolo com as juntas de freguesia para a aquisição de kit de primeira intervenção para combate a incêndios são uma feliz iniciativa que nos cumpre publicamente referir. -----

Todos compreendemos que esta iniciativa não visa reduzir o número da ocorrência de incêndios, porém pode e vai certamente ser uma ferramenta importante para quem anda no terreno em proximidade, para acudir de modo inicial e primário a um pequeno foco de incêndio ou ainda colaborar num auxílio para defesa de pessoas e bens na retaguarda, sempre de modo complementar ao trabalho dos nossos bombeiros. -----

Esta proposta de protocolo de apoio financeiro pelo executivo municipal e a sua adesão pelas Juntas de Freguesia, que ainda não tinham este tipo de equipamento, corrobora a preocupação que as instituições públicas têm relativamente à matéria dos incêndios e que todos os contributos que possam reforçar e robustecer as respostas para minimizar os impactos destes episódios são justificados e, sobretudo, bem-vindos. -----

A presente declaração é subscrita pelas 10 freguesias com propostas de protocolo.” -----



----- NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “AQUISIÇÃO DE KIT DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIOS” – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS -----

----- 02.09.09 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDEMARIA E OLIVAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50653**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento** remeteu para apreciação as propostas de textos de protocolos registadas sob o n.º 64.256-A/2022, a celebrar com as freguesias que a seguir se especificam, com o objetivo de apoiar financeiramente cada freguesia, até ao montante de 5.000,00€, as despesas decorrentes da aquisição de um kit de primeira intervenção para combate a incêndios: -----

- Freguesia de Alburitel; -----
- Freguesia de Atouguia; -----
- Freguesia de Caxarias; -----
- Freguesia de Espite; -----
- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias; -----



- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade;-----
- Freguesia de Seiça;-----
- Freguesia de Urqueira;-----
- União das Freguesias de Gondemaria e Olival; -----
- União das Freguesias de Matas e Cercal.-----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 26 de maio findo, a dar conta de que a despesa emergente dos protocolos a celebrar dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, apresentou a seguinte declaração, subscrita pelas dez Freguesias acima referidas:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Após a calamidade do pretérito ano, referente aos incêndios que decorreram um pouco por todo o concelho, mais agudizado na zona norte do nosso território, a proposta de protocolo com as juntas de freguesia para a aquisição de kit de primeira intervenção para combate a incêndios são uma feliz iniciativa que nos cumpre publicamente referir. -----

Todos compreendemos que esta iniciativa não visa reduzir o número da ocorrência de incêndios, porém pode e vai certamente ser uma ferramenta importante para quem anda no terreno em proximidade, para acudir de modo inicial e primário a um pequeno foco de incêndio ou ainda colaborar num auxílio para defesa de pessoas e bens na retaguarda, sempre de modo complementar ao trabalho dos nossos bombeiros. -----

Esta proposta de protocolo de apoio financeiro pelo executivo municipal e a sua adesão pelas Juntas de Freguesia, que ainda não tinham este tipo de equipamento, corrobora a preocupação que as instituições públicas têm relativamente à matéria dos incêndios e que todos os



contributos que possam reforçar e robustecer as respostas para minimizar os impactos destes episódios são justificados e, sobretudo, bem-vindos. -----

A presente declaração é subscrita pelas 10 freguesias com propostas de protocolo.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “AQUISIÇÃO DE KIT DE PRIMEIRA INTERVENÇÃO PARA COMBATE A INCÊNDIOS” – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS -----

02.09.10 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MATAS E CERCAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50653**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- O **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento** remeteu para apreciação as propostas de textos de protocolos registadas sob o n.º 64.256-A/2022, a celebrar com as freguesias que a seguir se especificam, com o objetivo de apoiar financeiramente cada freguesia, até ao montante de 5.000,00€, as despesas decorrentes da aquisição de um kit de primeira intervenção para combate a incêndios: -----

- Freguesia de Alburitel; -----
- Freguesia de Atouguia; -----



- Freguesia de Caxarias; -----
- Freguesia de Espite; -----
- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias; -----
- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade; -----
- Freguesia de Seiça; -----
- Freguesia de Urqueira; -----
- União das Freguesias de Gondemaria e Olival; -----
- União das Freguesias de Matas e Cercal. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 26 de maio findo, a dar conta de que a despesa emergente dos protocolos a celebrar dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NELSON NUNO DUARTE ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, apresentou a seguinte declaração, subscrita pelas dez Freguesias acima referidas:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Após a calamidade do pretérito ano, referente aos incêndios que decorreram um pouco por todo o concelho, mais agudizado na zona norte do nosso território, a proposta de protocolo com as juntas de freguesia para a aquisição de kit de primeira intervenção para combate a incêndios são uma feliz iniciativa que nos cumpre publicamente referir. -----

Todos compreendemos que esta iniciativa não visa reduzir o número da ocorrência de incêndios, porém pode e vai certamente ser uma ferramenta importante para quem anda no terreno em proximidade, para acudir de modo inicial e primário a um pequeno foco de incêndio ou ainda colaborar num auxílio para defesa de pessoas e bens na retaguarda, sempre de modo complementar ao trabalho dos nossos bombeiros. -----



Esta proposta de protocolo de apoio financeiro pelo executivo municipal e a sua adesão pelas Juntas de Freguesia, que ainda não tinham este tipo de equipamento, corrobora a preocupação que as instituições públicas têm relativamente à matéria dos incêndios e que todos os contributos que possam reforçar e robustecer as respostas para minimizar os impactos destes episódios são justificados e, sobretudo, bem-vindos. -----

A presente declaração é subscrita pelas 10 freguesias com propostas de protocolo.” -----

----- **NÃO SE REGISTRANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – DENÚNCIA DE PROTOCOLO CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DA REGIÃO DE LEIRIA, RIBATEJO E OESTE E A FREGUESIA DE SEIÇA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50650**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea I), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para denunciar o protocolo acima referido. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- A 16 de fevereiro de 2017, a Câmara celebrou protocolo com a **Associação de Apicultores da Região de Leiria, Ribatejo e Oeste** e com a **Freguesia de Seiça**, referente à cedência da antiga Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sita no lugar de Fontainhas, em Seiça, deste Concelho, a título gratuito, para o desenvolvimento da atividade apícola, com a validade de um ano contados a partir da data da sua assinatura, renovável. -----



---- Nesta reunião foi apresentada a carta registada sob o n.º 45.335/2023, da **Associação de Apicultores da Região de Leiria, Ribatejo e Oeste**, com sede na Rua das Flores, n.º 815, na Zona Industrial da Ponte da Pedra, da Freguesia de Regueira de Pontes, do Concelho de Leiria, a solicitar, pelos motivos que especifica, a denúncia do citado protocolo. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Setor de Património** exarou no processo uma informação, datada de 29 de maio findo, a referir designadamente o seguinte "(...) A Cláusula VII refere que o segundo outorgante se obriga a:-----

- "... devolver ao Município de Ourém o espaço cedido, livre de quaisquer ónus ou encargos";
- "b) devolver as infraestruturas e os equipamentos cedidos, no estado de conservação em que os receberam, sem que haja direito a qualquer indemnização por eventuais benfeitorias por si realizadas". -----

---- Aquando do término do protocolo de cedência, deverá a Associação de Apicultores da Região de Leiria, Ribatejo e Oeste proceder à devolução da chave de acesso ao edifício (com vistoria por parte do Património), sendo que também se deverá dar conhecimento à Junta de Freguesia de Seiça do ponto de situação do protocolo de cedência. -----

---- Face ao exposto, caso superiormente se concorde com a denúncia do referido protocolo, o mesmo deverá ser apreciado em reunião de Órgão Executivo e Deliberativo (devido à Junta de Freguesia de Seiça ser um dos outorgantes). -----

---- À consideração superior". -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ALTERAÇÃO DO ESTATUTO REMUNERATÓRIO DO CHEFE DE EQUIPA MULTIDISCIPLINAR -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35447**, datado de **2023.04.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a proposta registada sob o n.º 31.136/2023, do **Senhor Presidente da Câmara**, que se reproduz na íntegra: “A Assembleia Municipal, em reunião de 27 de dezembro de 2017, aprovou, por maioria, o Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais na sequência da proposta feita pela Câmara Municipal e aprovada, por unanimidade, na reunião ordinária desta, de 18 de dezembro de 2017. -----

---- Proponho alterar o estatuto remuneratório do chefe de equipa multidisciplinar, atualmente equiparado a dirigente intermédio de 2.º grau, para equiparado a dirigente intermédio de 3.º grau. -----

---- Proposta: -----

---- Solicitar à Assembleia que ao abrigo da alínea e) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2019, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, altere o estatuto remuneratório do chefe de equipa multidisciplinar, passando a ser equiparado ao de dirigente intermédio de 3.º grau, ou seja, o n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais passa a ter a seguinte redação:-----

---- “2 — A parte matricial dos serviços municipais é composta por equipas multidisciplinares vocacionadas para a gestão de projetos para os quais é necessária uma maior coordenação de meios face às suas exigências em termos processuais, de execução física e financeira e são lideradas por um Chefe de equipa, equiparado a dirigente intermédio de 3.º grau, concorrendo para o número de máximo de equipas multidisciplinares fixado pela Assembleia Municipal, nos termos alínea e) do artigo 6.º conjugado com o n.º 3 do artigo 10.º, ambos do Decreto -Lei n.º



305/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.”-----

---- Remete-se a reunião de Câmara para os devidos efeitos.”-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, -----

A nossa dúvida é se este lugar já está ocupado, estão a pensar ocupá-lo, entretanto ou se é um plano para o futuro” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Nunca foi ocupado e por isso está livre, podendo ser ocupado no futuro, como também poderia ter sido ocupado no passado. -----

Neste momento, não há qualquer tipo de previsão. Mas, com as novas competências que estão a acontecer, está em aberto. Não está nada previsto para já, mas não quer dizer que, no futuro, não possa acontecer. -----

Muito obrigado” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.12 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL/2023 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 52846**, datado de **2023.06.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.12, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, do



Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- Relativamente ao assunto supramencionado, na reunião de 05 de junho em curso, a Câmara deliberou remeter o processo à Divisão de Recursos Humanos, Fiscalização, Contencioso e Informática, para reformulação da informação então apresentada. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo registado sob o n.º 44.017/2023, da **Divisão de Recursos Humanos, Fiscalização, Contencioso e Informática**, a remeter as devidas retificações, nomeadamente:-----

- Na Divisão de Educação foram aditados 10 postos de trabalho, aos já existentes, de Assistente Operacional da área funcional de Auxiliar de Ação Educativa – Código DE/SE-PND-06;-----
- Na Secção de Atendimento da Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente foi criado 1 posto de trabalho a prover por Coordenador Técnico da carreira de Assistente Técnico - Código DAFCE/SAM-02. -----
- No Setor de Estudos e Projetos Financeiros da Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente, foi criado 1 posto de trabalho a prover por Técnico Superior, licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, com o código DAFCE/SEPF-05 e extinto 1 posto de trabalho de Técnico Superior, licenciatura em Gestão de Recursos Humanos e Organização Estratégica – DAFCE/SEPF-03;-----
- No Setor de Mobilidade e Transportes da Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente foi aditado 1 posto de trabalho, aos já existentes, de Assistente Operacional da área funcional de Vigilante de Transportes Escolares – Código DAFCE/SMT-06 ----
- Na Divisão de Ambiente e Sustentabilidade foi aditado 1 posto de trabalho, ao já existente, de Técnico Superior, Licenciatura em Engenharia Geológica – Código DAS/SGAAC-01;-----



- No Serviço de Ação Social e Saúde, foram criados 17 postos de trabalho, de Assistente Operacional - Código SASS-08. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 06 do mês corrente, a dar conta da existência de adequado enquadramento orçamental.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.13 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PRAIA FLUVIAL DO AGROAL – SUSPENSÃO DE COBRANÇA DE TARIFAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 52830**, datado de **2023.06.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.12, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 34.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, autorização para suspensão de aplicação das taxas subjacentes à utilização da praia fluvial do Agroal. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 47.191/2023, da **Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, que se reproduz na íntegra: **“1. Enquadramento** -----

---- O Edital n.º 581/2023 relativo à “Alteração ao regulamento e tabela geral de taxas e outras receitas do Município de Ourém”, foi publicado em 14 de abril de 2023 e já entrou em vigor (passados 15 dias da data da sua publicação). -----



---- Este regulamento estabelece o “*regime a que ficam sujeitos a fixação, liquidação, cobrança e o pagamento de taxas e outras receitas no Município de Ourém para cumprimento das suas atribuições e competências no que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos da população.*”-----

---- De acordo com o estipulado no número 2, do artigo 131.º, deste Edital n.º 581/2023, estão previstas tarifas dos serviços públicos de águas, relativos à utilização da Praia Fluvial do Agroal, onde está prevista a cobrança de uma tarifa pela entrada na praia, em função do tempo de permanência, da idade, da quantidade de elementos (grupos), bem como o aluguer de mobiliário.-----

---- **2. Proposta da DAS** -----

---- A proposta da DAS consiste na **suspensão da cobrança das tarifas previstas** no número 2, do artigo 131.º, acima referidas (relativas à cobrança de entradas na praia fluvial do Agroal), **enquanto não forem executadas as obras para o controlo de ingressos**. Efetivamente, atualmente não é possível efetuar esta cobrança, uma vez que existem vários acessos à praia do Agroal e em nenhum existem condições de controlar a passagem, para o efeito de cobrança pretendido.-----

---- **3. Conclusão** -----

---- Face ao referido solicita-se a suspensão da cobrança das tarifas previstas no número 2, do artigo 131.º, do Edital n.º 581/2023, pelo motivo apresentado no ponto 2 da presente informação.-----

---- À consideração superior.”.-----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 06 de junho em curso, a propor que se solicite ao órgão deliberativo a suspensão da aplicação das taxas subjacentes à utilização da praia fluvial, na presente temporada, tendo em vista a concretização de obras necessárias ao controlo de acessos.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal.-----



----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO
APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

**02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CONTRATO
INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO
DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35460**, datado de **2023.04.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para repartir, do modo a seguir descrito, pelos anos económicos de 2023 a 2030, os encargos decorrentes da delegação de competências do serviço público de transporte de passageiros, relativos a compensações por obrigações de serviço público e a passes escolares: -----

----- Ano 2023 – 885.360,76 euros -----

----- Ano 2024 – 906.277,74 euros -----

----- Ano 2025 – 927.687,62 euros -----

----- Ano 2026 – 948.561,14 euros -----

----- Ano 2027 – 969.903,18 euros -----

----- Ano 2028 – 990.635,72 euros -----

----- Ano 2029 – 1.011.810,28euros -----

----- Ano 2030 – 948.138,20 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito do assunto designado em epígrafe, foi apreciada a carta registada sob o n.º 5059/2023, da **CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**, sediada no Convento de S. Francisco, na cidade de Tomar, a informar de que o montante estimado de 6.520.584,00€, a repartir pelos anos económicos de



2023 a 2030, foi retificado, conforme mapa que anexa, para o valor total de 7.588.374,64€, que inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 31 de março findo, a referir que a despesa dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, carecendo de nova aprovação, por parte do órgão deliberativo do Município, face à repartição daquele encargo pelos referidos anos económicos.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.15 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CENTRO INTERMUNICIPAL DE RECOLHA DE ANIMAIS ERRANTES – AVENÇA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35547**, datado de **2023.04.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria acima citada. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento da reunião da Assembleia Geral do Centro Intermunicipal de Recolha de Animais Errantes, ocorrida a 23 de janeiro último, foi apresentado o relatório de reunião registado sob o n.º 16.041/2023, subscrito



pelo **Senhor Vereador Rui Manuel Simões Vital**, relativo aos assuntos abordados na referida reunião, que dá conta da necessidade deste Município assumir uma avença anual, no valor de 7.500,00€. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 06 de abril em curso, a dar conta de que a despesa em assunto dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.16 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO DE “P170/2022 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS – EDIFÍCIO DO TEATRO MUNICIPAL DE OURÉM E ZONA MEDIEVAL (CASTELO, GALERIA, UCHARIA E SANITÁRIOS PÚBLICOS)” – SERVIÇOS COMPLEMENTARES -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 44629**, datado de **2023.05.18**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.05.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento citado em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a minuta de adenda ao contrato registada sob o n.º 38.821-A/2023, a celebrar com a firma **ALPIBRE, Limitada**, com sede na Rua Vale de Centeio, da Freguesia de Cernache, do Concelho de Coimbra, prestadora dos serviços supra designados, relativa a serviços complementares correspondentes à inclusão de serviços de limpeza das novas instalações sanitárias, junto ao Castelo de Ourém, aos sábados, domingos e feriados, no valor de 7.081,80€ + IVA (2023 – 1.502,20€ + IVA; 2024 – 2.572,20€ + IVA; 2025 – 2.572,20€ + IVA; 2026 – 429,20€ + IVA), pelo período de 33 meses. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 09 do mês em curso, a dar conta de que concorda com o proposto, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.17 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P081/2023 – CONCESSÃO DO USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O ARRANJO URBANÍSTICO E INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE NA ROTUNDA DA ZONA INDUSTRIAL DE OURÉM, NA EN356, EM SEIÇA, DO MUNICÍPIO DE OURÉM -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 41263**, datado de **2023.05.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.05.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea p) e q)) do n.º 1 do art.º 25º do



Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para proceder à celebração do respetivo contrato de concessão. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito do processo registado sob o n.º 1404/2022, do Gabinete de Apoio à Vereação, foram apresentados o Caderno de Encargos, os Termos de Referência e a respetiva minuta de Edital, para efeitos do mencionado em título, pelo período de cinco anos, instruídos com uma informação, datada de 26 de abril findo, do **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a deixar à consideração superior a aprovação dos documentos apresentados e a nomeação do júri para o procedimento em apreço. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.18 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P113/2023 – REQUALIFICAÇÃO URBANA NA EN113 – TROÇO ENTRE OS LIMITES URBANOS E ESTE DA CIDADE DE OURÉM -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50813**, datado de **2023.06.07**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento acima citado, do seguinte modo: -----



----- Ano 2023 – 1,00 euros -----

----- Ano 2024 – 1.949.591,39 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- No seguimento do processo registado sob o n.º 89.034/2022, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a anexar versão atualizada do projeto de execução para efeitos do designado em epígrafe, composto por memória descritiva, mapa de medições e estimativa orçamental, no montante de 1.839.238,10€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, instruídos com uma informação, datada de 31 do mês findo, do **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo citado valor base e pelo prazo de execução de nove meses e a referir, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se na atualização de preços, em função de procedimento anterior que ficou deserto. -----

--- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada também de 31 do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas e a salientar a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

--- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



**02.19 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P205/2022 –
REQUALIFICAÇÃO URBANA DA AV. D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – TROÇO ENTRE
ROTUNDAS DOS ÁLAMOS E DO RIBEIRINHO -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 52836**, datado de **2023.06.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.12, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para repartir, pelos anos económicos a seguir descritos, os encargos decorrentes do procedimento acima citado: -----

----- Ano 2023 – 1.130.225,71 euros + IVA -----

----- Ano 2024 – 87.697,59 euros + IVA-----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 50.439/2023, do **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, que se passa a reproduzir na íntegra: “No âmbito do processo designado em epígrafe remetido ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia, foi recomendado à entidade adjudicante que ponderasse mencionar no clausulado, ainda que por adenda ao mesmo, o instrumento legalmente previsto que autoriza a assunção de compromisso plurianuais do contrato em apreço – Plano Plurianual de Investimentos para 2023, com a previsão de encargos de acordo com o prazo de execução de contrato. Foi igualmente questionado por que motivo o prazo de manutenção dos espaços verdes (ainda que qualificado como uma obrigação de resultado) não constava do texto contratual a acrescer aos 240 dias do prazo de execução da obra. -----

---- Sobre a questão relativa à inclusão no clausulado do contrato da previsão de encargos, de acordo com o prazo de execução do mesmo, importa clarificar que esta é uma questão que só muito recentemente começou a ser colocada pelo Tribunal de Contas e que existem vários procedimentos semelhantes desta natureza, em que aquele órgão não colocou qualquer questão tendo emitido a declaração de conformidade. Em consequência do primeiro pedido de esclarecimentos desta natureza, passamos a incluir na proposta de deliberação e consequentemente no clausulado contrato a previsão de encargos de acordo com o prazo de execução de contrato.-----



---- Aproveitando o facto de ter que ser efetuada uma adenda ao contrato, entendemos, aditar a clausula referente ao prazo de execução do contrato, com a inclusão do prazo de manutenção dos espaços verdes. -----

---- Assim remete-se para aprovação do órgão deliberativo a minuta de contrato com a inclusão dos valores referentes à previsão de encargos em conformidade com o prazo de execução da empreitada, assim como o aditamento da cláusula referente ao prazo de execução da empreitada com a menção do prazo de manutenção dos espaços verdes.-----

---- À consideração superior,”. -----

---- O processo encontra-se instruído com a minuta de adenda ao contrato a celebrar com a firma **Construções Martins & Reis, Limitada**, com sede na Estrada de Alvega, n.º 1214, da Freguesia de Atougua, deste Concelho, adjudicatária da empreitada designada em epígrafe.

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente Câmara, pedia-lhe especial atenção, julgo ser um pelouro da Vereadora Isabel. -----

Não sei se o processo passou por todos. Mas, já é a segunda vez que acontece. Errar, toda a gente pode errar, mas um erro repetido, com verbas de milhões e atraso de obras e tudo o que isso pode custar a nível de preços, pedia uma especial atenção. -----

Obviamente, as pessoas não farão propositadamente, mas pedia especial atenção a estes casos.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL disse reconhecer e aceitar a situação atrás exposta. -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



**02.20 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P115/2023 –
FORNECIMENTO DE MATÉRIA PRIMA E SERVIÇOS PARA AS REFEIÇÕES ESCOLARES
– ANO LETIVO DE 2023-2024 -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 52847**, datado de **2023.06.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.12, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para repartir, do modo a seguir descrito, os encargos decorrentes do procedimento acima citado: -----

----- LOTE 1 – fornecimento de matéria-prima alimentar e não alimentar – 849.546,43 euros -----

----- Ano 2023 – 339.818,57 euros -----

----- Ano 2024 – 509.727,86 euros -----

----- LOTE 2 – fornecimento e distribuição agregado de refeições escolares em regime de confeção local e transportadas a quente – 353.866,56 euros -----

----- Ano 2023 – 122.584,66 euros -----

----- Ano 2024 – 231.281,90 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 29.613/2023, da Divisão de Educação, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos para efeitos do designados em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 06 de junho em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público por lotes, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base total de 1.064,967,25€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com início a 01 de setembro de 2023 e término a 31 de agosto de 2024, referindo, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se em consulta preliminar efetuada ao mercado. -----



---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada também de 06 do corrente mês, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.21 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR – 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2023/2024 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 52835**, datado de **2023.06.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.12, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para repartir, do modo a seguir descrito, os encargos decorrentes da implementação do referido programa: -----

----- Ano 2023 – 105.350,00 euros -----

----- Ano 2024 – 158.025,00 euros-----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 40.420/2023, da **Divisão de Educação**, que a seguir se reproduz na



Íntegra: “Com o intuito de prepara o próximo ano letivo 2023/24 e para podermos manter a oferecer de Atividades de Enriquecimento Curricular, oferta obrigatória, aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, sugere-se que se programe o mesmo à semelhança do ano anterior, isto é, envolvendo as seguintes entidades: -----

| Entidade | NIPC |
|---|-----------|
| Município de Ourém | 501280740 |
| Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão | 600079163 |
| Agrupamento de Escolas de Ourém | 600082881 |
| Agrupamento de Escolas Conde de Ourém | 600082385 |
| INSIGNARE – Associação de Ensino e Formação | 502964685 |
| Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém | 506518604 |
| CMAC – Conservatório de Música e Artes do Centro, CRL | 514061758 |

---- Para que o programa, no ano letivo 2023/2024, seja viável é imprescindível que os Agrupamentos de Escolas flexibilizem os horários curriculares de forma a que os alunos possam ter as Atividades de Enriquecimento Curricular no início da manhã (9:00-11:00 ou 9:00-12:00) ou no início da tarde (13:30-15:30), para além do horário das 15:30 às 17:30. Só assim será possível atribuir aos docentes das Atividades de Enriquecimento Curricular horários sustentáveis, atribuindo-lhes turmas com atividades distribuídas entre as 9:00 e as 17:30. ---

---- Em reuniões realizadas com os Agrupamentos de Escolas, foi decidido que cada agrupamento organizaria os seus horários, compatibilizando as horas das aulas curriculares com as de Atividades e Enriquecimento Curricular. Nas escolas mais pequenas, foram associados todos os alunos na mesma turma, procurando rentabilizar recursos e evitar duplicação de transportes. -----

---- O valor hora/turma proposto para pagamento às entidades prestadoras dos serviços é de 17,50€, prevendo-se que o próximo ano letivo tenha 37 semanas letivas. -----

---- Tendo em conta o plano de pagamento do ano letivo 2022/2023, prevê-se que a despesa referente às Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano letivo 2023/2024 seja de 263.375,00€. -----



---- Face ao exposto e no âmbito da preparação do ano letivo 2023/2024, propõe-se a adoção das diligências conducentes à aprovação, pelo órgão executivo, da realização de Atividades de Enriquecimento Curricular.-----

---- Salienta-se que os valores descritos (despesa do Município e comparticipação do Ministério da Educação), poderão alterar em função das seguintes condicionantes:-----

- a comparticipação financeira do Ministério da Educação poderá diminuir, devido ao número de alunos; -----
- a comparticipação financeira do Ministério da Educação poderá diminuir, com a dedução do montante correspondente às atividades lecionadas por parte dos docentes dos agrupamentos de escolas. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- Do processo fazem ainda parte as informações, que se passam a especificar:-----

- Datada de 01 de junho corrente, do **Setor de Contabilidade**, a referir que o valor a assumir em 2023 é de 105.350,00€ e em 2024 é de 158.025,00€; -----
- Datada de 02 também do mês em curso, do **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, por impedimento legal do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a dar conta de que a despesa dispõe de fundos disponíveis em montante suficiente e está devidamente enquadrada orçamentalmente. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.22 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (DECRETO-LEI N.º 23/2019, DE 30 JANEIRO) – ÁREA DA SAÚDE – AUTO DE TRANSFERÊNCIA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 52829**, datado de **2023.06.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.12, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para proceder à celebração do referido auto de transferência de competências. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, relativo à transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde e por forma a dar cumprimento ao seu artigo 20.º, o **Gabinete do Ministro da Saúde**, sedado na Avenida João Crisóstomo, n.º 9, 6.º andar, em Lisboa, através da carta registada sob o n.º 41.192/2023, remeteu, para assinatura, o auto de transferência a celebrar conjuntamente com a **Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.**, a fim de concretizar a transferência, para este Município, das competências previstas no artigo 2.º, do referido diploma legal. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de mencionar que no ponto 02.22 e ponto 02.23, o grupo municipal do Partido Socialista não se manifesta nesta Assembleia porque estaríamos a esvaziar um pouco o sentido da próxima sessão do dia 4 julho. Serão assuntos que certamente serão discutidos nesse momento. Para nós faz mais sentido que assim seja.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A**



VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.23 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE “REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE MÉDICOS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR NAS UNIDADES DE SAÚDE SE OURÉM” – VERSÃO FINAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50652**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Na reunião de 06 de março último, a Câmara deliberou submeter a proposta de regulamento indicada em epígrafe a consulta pública, por um período de 30 dias, nos termos e para efeitos do artigo 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

---- Publicado na 2.ª Série – N.º 63, do **Diário da República**, no dia 29 de março de 2023, o referido projeto de regulamento esteve a consulta pública até ao dia 16 de maio findo. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo acompanhado da informação registada sob o n.º 48.476/2023, do **Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência**, a anexar a versão final do citado regulamento, depois de analisada a sugestão recolhida no período de discussão pública. -----

---- Tomou a palavra o **Senhor Presidente** para manifestar a sua preocupação na área da saúde, problema que atinge não só o Concelho de Ourém, mas também outros concelhos, que tem procurado resolver, mediante os meios possíveis. Reconhece que o Governo está sensível



e que também tem encetado todos os esforços para combater a falta de médicos no Concelho, sem grande sucesso, situação que pode ser confirmada através da consulta dos resultados do procedimento lançado a concurso para a integração de médicos.-----

---- Mais deu conta de que os Polos de Saúde de Vilar dos Prazeres, Rio de Couros e Urqueira e o Centro de Saúde de Ourém, irão ter um reforço de médicos e de que os Polos de Saúde de Atouguia, Gondemaria e Matas, continuam sem médicos, reportando que foi solicitado, à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o aumento do número de horas semanais a efetuar pelos médicos. Refere ainda que se perspectiva que hajam médicos interessados no projeto “Bata Branca”.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de mencionar que no ponto 02.22 e ponto 02.23, o grupo municipal do Partido Socialista não se manifesta nesta Assembleia porque estaríamos a esvaziar um pouco o sentido da próxima sessão do dia 4 julho. Serão assuntos que certamente serão discutidos nesse momento. Para nós faz mais sentido que assim seja.” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Sobre este assunto agora discussão, gostaria de deixar aqui alguma notas que me parecem importantes: -----

- Felicitar a Câmara Municipal porque esta é mais uma iniciativa que vem tentar contrair a falta de médicos de família no nosso concelho; -----

- Um aspeto positivo que quero destacar nesta proposta é que é abrangente e dirigida a médicos com vários tipos de vínculos: -----

- contrato por tempo indeterminado, -----
- aposentados, -----
- prestadores de serviços, -----
- Por isso acreditamos que possa ter algum impacto no curo/médio prazo. -----



- Todavia, esta proposta só surge devido à incapacidade do governo em colocar médicos no nosso concelho, sabendo nós que esta responsabilidade não é dos municípios, mas sim do governo. -----

- Pelo que estamos a ver pelo país inteiro, o governo está a criar uma competição desenfreada entre concelhos para ver quem oferece melhor condições aos médicos. -----

E isto pode ser muito perigoso e acentuar as assimetrias regionais entre concelhos ricos, que podem oferecer melhores condições aos médicos, e concelhos pobres, que não tem meios. ----

- Estamos a abrir um precedente grave e inédito na nossa história democrática, que poderá ser utilizado para outros serviços públicos onde o governo não consegue dar resposta. Por exemplo: -----

- Na educação, há muito que se fala da falta de professores.... Vão ter que ser os municípios a criar um regulamento para atrair professores? -----
- Faltam polícias.... Vão ter que ser os municípios a criar um regulamento para atrair polícias? -----
- Faltam recursos humanos nas finanças e tribunais.... Vão ter que ser os municípios a criar um regulamento para atrair funcionários públicos? -----

- Por último, queria lamentar que um assunto destes, tão discutido ultimamente aqui, na imprensa e nas redes sociais, não tenha surgido qualquer proposta/sugestão externa durante o período de discussão pública. É o que temos!" -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: "Gostaria de dizer que, eu próprio, tinha uma forte vontade de votar contra esta proposta, não o faço por respeito e por necessidade que sei ser fundamental para a fixação de médicos. Mas, este tipo de adoções, revejo-me nas palavras que foram proferidas pelo senhor deputado Orlando Cavaco. -----

Parece-me que os municípios começam a concorrer entre si, tipo leilão, sem que, em termos de fundo, nada se faça para colmatar estas situações. -----

Votarei favoravelmente, mas contra a minha vontade e contra o meu princípio de valores" -----



----- NÃO SE REGISTANTO QUALQUER OUTRA INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS -

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. –

----- Com a seguinte declaração de voto do senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: “Por princípio de valores, por respeito e por necessidade que sei ser fundamental para a fixação de médicos, votei favoravelmente, mas, este tipo de adoções, revejo-me nas palavras que foram proferidas pelo senhor deputado Orlando Cavaco. ----- Parece-me que os municípios começam a concorrer entre si, tipo leilão, sem que, em termos de fundo, nada se faça para colmatar estas situações.” -----

02.24 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE CASAL DOS BERNARDOS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 44636**, datado de **2023.05.18**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.05.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 22.276/2023, da **Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Casal dos Bernardos**, sedeadada na Rua da Igreja, n.º 2, em Casal dos Bernardos, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, deste Concelho, a requerer a isenção do pagamento de todas as taxas correspondentes ao processo n.º 688/2022 (licenciamento de obras de alteração de salão, sito na referida morada, para casa mortuária). -----



---- A **Divisão de Urbanismo e Território**, ouvida sobre o assunto, prestou a informação registada sob o n.º 25.762/2023, a colocar à consideração superior o cálculo das taxas a isentar, no valor de 1.523,82€, que inclui a verba (já paga) de 277,20€ (203,40€ - apreciação do pedido e 73,80€ - vistoria). -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.25 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 52844**, datado de **2023.06.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.12, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a apreciação e votação do pedido referido em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Na reunião de 15 de maio findo, na presença da carta registada sob o n.º 38.235/2023, da **União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais**, a solicitar a isenção do pagamento das taxas referentes ao licenciamento da construção da Casa Mortuária de São Jorge, a que corresponde o processo n.º 836/2022, de que é titular, a Câmara deliberou solicitar à Divisão de Urbanismo e Território o cálculo das taxas a isentar. -----



---- Em cumprimento daquela deliberação a **Divisão de Urbanismo e Território**, exarou no processo uma informação, datada de 18 também do mês findo, a dar conta de que a requerente procedeu ao pagamento da importância de 655,45€, pelo que propõe a sua devolução. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.26 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÁTIMA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 52841**, datado de **2023.06.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.12, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a apreciação e votação do pedido referido em epígrafe, por se tratar de pessoa coletiva de utilidade pública e administrativa, de carácter humanitário e de fins não lucrativos. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 46.094/2023, da **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima**, com sede na Avenida D. José Alves Correia da Silva, n.ºs 236/330, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas referentes aos processos n.ºs 1630/2022 (construção de um heliporto com hangar e muros de vedação confinantes e não confinantes) e 2579/2022 (construção de edifício de formação e edifício de



apoio inserido numa infraestrutura de proteção e socorro), por ser uma associação reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública e administrativa, conforme comprovativo que anexa.

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou uma informação, datada de 30 de maio findo, a colocar a decisão superior o cálculo das taxas a isentar, no valor global de 22.025,90€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.27 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CENTRO MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES – APDAF – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO APOIO À FAMÍLIA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 41689**, datado de **2023.05.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.05.02, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a apreciação e votação do pedido referido em epígrafe, considerando que a associação desempenha um papel relevante no apoio à família e na área social. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Através da carta registada sob o n.º 26.176/2023, a **APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família**, solicitou a cedência do Centro Municipal de Exposições, para a realização do evento “Marchas Populares”, no dia 07 de junho próximo. -----



---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe do Serviço de Atividades Municipais** exarou no processo uma informação, datada de 19 do mês findo, a referir que a pretensão tem um custo associado de 754,50€.-----

---- O processo encontra-se ainda instruído com o despacho, datado também de 19 de abril findo, do **Senhor Presidente**, que seguidamente se reproduz na íntegra: “Ao GAP, para informar Instituição, de que o local está disponível e que autorizo a sua utilização. -----

---- Deve ainda ser informada da disponibilidade dos equipamentos solicitados, excepto os camarins, e que para a utilização dos insufláveis devem providenciar a contratação de monitores.-----

---- Solicito ainda, que se informe instituição, de que o espaço deve estar disponível, no dia seguinte, para que se possa iniciar a montagem dos stands da Feirourém. -----

---- A Reunião para ratificação da utilização gratuita do espaço. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.28 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO TEATRO MUNICIPAL DE OURÉM – OUREARTE – ESCOLA DE MÚSICA E ARTES DE OURÉM -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50646**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a apreciação e votação da matéria em epígrafe, por se tratar de uma associação sem fins lucrativos. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Através de carta registada sob o n.º 40.614/2023, a **Ourearte – Escola de Música e Artes de Ourém**, com sede na Praça Mouzinho de Albuquerque, n.º 11, nesta cidade, solicitou a cedência do Teatro Municipal de Ourém, para os dias 13 e 14 de julho de 2023, para a realização de concerto de encerramento do XV estágio da Orquestra de Sopros e respetivos ensaios. -----

---- O processo encontra-se instruído com a informação, datada de 25 de maio findo, da **Divisão de Ação Cultural**, a dar conta, caso superiormente se entenda isentar a referida entidade do pagamento das taxas respetivas, de que o pedido tem associado um custo estimado de 400,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo que, só depois da utilização do espaço, será possível aferir com rigor eventuais acertos, nomeadamente a necessidade de horas extra.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.29 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO TEATRO MUNICIPAL DE OURÉM – CRIO – CENTRO DE RECUPERAÇÃO INFANTIL DE OURÉM -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 50647**, datado de **2023.06.06**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.06.05, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, a apreciação e



votação da matéria em epígrafe, dado tratar-se de uma instituição particular de solidariedade social. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 44.250/2023, do **CRIO – Centro de Recuperação Infantil de Ourém**, com sede na Rua das Passadeiras, n.º 61, em Penigardos, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste Concelho, a solicitar a cedência gratuita do Teatro Municipal de Ourém, para a realização de um espetáculo de inclusão, no dia 03 de novembro de 2023. -----

--- A **Divisão de Ação Cultural**, ouvida sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 18 de maio findo, a dar conta de a entidade em apreço é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e a referir que a pretensão tem um custo associado de 600,00€. -----

--- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.30 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, tendo-se registado as seguintes intervenções: -----

----- MANUEL SIMÕES MARQUES, munícipe natural de Freixianda, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e os restantes membros da Mesa –

Cumprimento o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores aqui presentes -----



Os senhores deputados municipais e presidentes de junta -----
 Cumprimento o senhor Presidente União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e
 Formigais e felicito-o, pois, é o dia do aniversário da Vila. -----

Felicito o senhor Presidente da Assembleia conjuntamente com o senhor Presidente da
 Câmara pela vinda à Freixianda com esta Assembleia Municipal descentralizada. Acho que é
 um processo que deve prosseguir em outros locais do nosso concelho. acho que é importante,
 virem às freguesias, principalmente às mais distantes. -----

É uma oportunidade o que foi feito hoje aqui, vieram anunciar progressos para a nossa União
 de Freguesias, principalmente na Zona Industrial e outros melhoramentos que também foram
 elencados, como a Capela Mortuária de São Jorge, outras a inaugurar e outras que vão sendo
 feitas, não só na Freixianda, mas também em outras partes do concelho. -----

Há progressos, são visíveis. Felicito o senhor Presidente da Câmara e a vereação por esses
 feitos. -----

É tudo o que tenho para dizer. A todos muito obrigado. -----

Continuem com o trabalho que estão a realizar e vão realizando. -----

Muito obrigado” -----

----- PAULO LUÍS MARQUES NUNES, enquanto Presidente União das Freguesias de
 Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais formalizou o convite para a imediata inauguração da
 requalificação do Parque Infantil, seguindo-se um convívio. -----

----- Tomando a palavra, a 1.ª SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
 nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a
 aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após
 aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto
 das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----



----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas dezoito horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO